

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pautas-chave da agenda de Haddad ficam para julho 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem votar LDO, Câmara não terá recesso formal em julho 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre consulta ao 2Q lote de restituição do IR amanhã 7

O GLOBO - RJ - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo vai reforçar segurança em aeroportos 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita exige contribuição ao INSS sobre intervalo de trabalhador 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

INSS passa a conceder pensão por morte de forma automática 11

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

CJF libera verba para pagar atrasados 13

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

INSS pode pagar revisão do artigo 29 para mais 148,5 mil benefícios; veja quem tem direito
(Previdência) 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Cresce o número de empresas 16

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - MPES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pequenas empresas geram impacto vital na economia 17

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Selic: BC força 13,75% de novo - ECONOMIA 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Marco fiscal passa no Senado, mas terá que voltar para a Câmara 20

A GAZETA - MT - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Empréstimos ficam restritos 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Copom ignora pressão e mantém taxa de juros 23

Quinta-Feira, 22 de Junho de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

BC frustra, mas economistas mantêm cenários 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem tributária, fica difícil gerenciar regra fiscal, diz Haddad 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma prevê declaração pré-preenchida para empresas 28

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Política tributária amarra o país (Artigo) 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Saúde, agricultura e educação devem ter metade da alíquota 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator indica fundo de R\$ 50 bi em acordo com Fazenda, diz governador 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estudos põem em dúvida incentivos fiscais dados pelos Estados 34

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

E quando o PIB sobe? (Artigo) 36

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Reforma tributária tem que ser agora', defende Alckmin 38

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Modernização do sistema é desejo antigo 39

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira encontra governadores para decidir pontos 'sensíveis' da reforma tributária 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Modificado, arcabouço é aprovado com folga 41

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ENSINO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado delibera sobre o Fundeb no Arcabouço 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo evita corte de R\$ 40 bi em 2024, mas dá controle ao Congresso 43

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Venda de carros populares consumiu 80% da verba 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bolsa e real fecham nos maiores níveis em mais de um ano 47

Quinta-Feira, 22 de Junho de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Cenário para juro deve incentivar diversificação de aplicações 48

A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA
ECONOMIA

Para 46% dos brasileiros economia está na direção certa, diz pesquisa Genial/Quaest
..... 50

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Endividamento e consumo: impactos na economia e nas famílias 51

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Peso na dívida bruta a cada ponto percentual 53

Pautas-chave da agenda de Haddad ficam para julho

Victoria Azevedo

Pautas consideradas prioritárias pelo governo Lula (PT) na área econômica deverão ser apreciadas na Câmara dos Deputados somente na primeira semana de julho, contrariando expectativas de parlamentares e líderes governistas -que pretendiam liquidar a fatura de ao menos duas delas nesta semana.

O PL (projeto de lei) que trata da retomada do chamado voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, o arcabouço fiscal (que precisa retomar a Câmara após aprovação no Senado) e a **reforma tributária** deverão ser apreciados no plenário da Casa a partir do dia 4 do mês que vem.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que chegou a dizer durante o ano que a **reforma tributária** deveria ser aprovada ainda no primeiro semestre, sinaliza que o relatório será apresentado nesta semana mas que as discussões vão se prolongar. Segundo ele, a primeira semana de julho será uma "semana intensiva" para a agenda econômica.

Em evento da CNI (Confederação Nacional da Indústria), ele afirmou que o plenário da Casa receberá votações sobre arcabouço fiscal, **reforma tributária** e voto de confiança do **Carf** na semana de 3 a 7 de julho.

Além disso, havia uma expectativa que tanto o PL do **Carf** quanto o arcabouço pudessem ser votados até esta semana. No entanto, não houve consenso em torno do texto do projeto de lei -que, por tramitar em regime de urgência, passa a trancar a pauta de votações da Casa a partir desta quarta-feira (21).

Desta forma, mesmo o Senado tendo aprovado o texto do arcabouço nesta quarta, os deputados só poderão referendar as mudanças quando o PL do **Carf** for votado. Além disso, Lira viajará ao exterior na quinta (22), com retorno no dia 29.

No plenário, nesta terça-feira (20), Lira afirmou que o relator do PL do **Carf**, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), só conseguirá entregar seu parecer na próxima semana, com a votação ficando para 4 de julho.

Com Reuters

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50315>

Sem votar LDO, Câmara não terá recesso formal em julho

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quarta-feira que não haverá recesso formal porque o Congresso não deve aprovar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) até a primeira quinzena de julho. Segundo ele, haverá recesso branco, quando os trabalhos são suspensos nas duas últimas semanas de julho apesar de a proposta não ser apreciada pelos parlamentares.

"Recesso não vai ter, porque não vai ter LDO. Mas vai ficar no recesso branco", informou Lira ao deixar evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Esfera Brasil.

Logo depois, o relator da LDO, deputado Danilo Forte (União- CE), confirmou que não haverá tempo de apreciar a proposta antes de agosto. Com isso, haverá recesso branco no Congresso.

"Não teremos tempo [de apreciar a LDO antes de agosto]. LDO precisa do arcabouço publicado", disse Forte ao Valor. Com alterações no Senado, a proposta que estabelece o novo marco fiscal terá que ser apreciada novamente pelos deputados, o que deve ocorrer na primeira semana de julho.

Por isso, na avaliação de Forte, não haveria tempo hábil para construir um relatório que considerasse as novas regras fiscais antes do recesso parlamentar.

Na última semana, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, já havia dito que a aprovação da LDO poderia ficar para o segundo semestre com o atraso na análise do arcabouço fiscal.

Na quarta-feira, Lira também disse que vai sugerir aos líderes partidários que a Câmara realize uma comissão geral para debater a **reforma tributária** na próxima semana aproveitando que os trabalhos da Casa estarão suspensos já que a pauta do plenário está trancada em função da não análise do projeto de lei do **Carf**, que trata das regras para análise de processos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**. "É mais uma oportunidade para debater o tema".

Lira pontuou que sua intenção é convocar sessões entre segunda e sexta-feira na semana de 3 a 7 de julho.

O objetivo dele é fazer um esforço concentrado para votar o PL do **Carf** para destravar a pauta.

Na sequência, planeja fazer uma nova apreciação do projeto do novo arcabouço fiscal, que será alterado no Senado, analisar o projeto que trata do Programa de Aquisição de Alimentos e ainda aprovar a **reforma tributária**.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187582>

Receita abre consulta ao 2Q lote de restituição do IR amanhã

Cristiane Gereina

A **Receita Federal** abre, às 10h desta sexta-feira (23), a consulta ao segundo lote de restituição do Imposto de Renda 2023.

O pagamento será feito a quem entregou a declaração neste ano ou a contribuintes que saíram da malha fina de anos anteriores.

Ao todo, serão contemplados 5,1 milhões de contribuintes com um montante de R\$ 7,5 bilhões. O dinheiro será liberado no dia 30 de junho.

Todo o valor será destinado a contribuintes que têm prioridade, segundo o fisco. Do total, 130 mil contribuintes são idosos acima de 80 anos, 978.397 têm entre 60 e 79 anos, 70.589 possuem alguma deficiência física ou mental ou doença grave e 468.889 contribuintes têm o magistério como maior fonte de renda.

Esse segundo lote de restituição do IR 2023 prevê o pagamento também a 3,5 milhões de contribuintes sem prioridade legal, mas que utilizaram a declaração pré-preenchida ou optaram por receber a restituição por Pix.

A consulta pode ser feita no site da Receita (www.gov.br/receitafederal), na seção "Meu Imposto de Renda". Em "Consultar a Restituição", o contribuinte precisa informar o CPF, a data de nascimento e o ano-exercício, que no caso 62023.

Já a consulta ao extrato da declaração é feita pelo e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da **Receita Federal**. Para fazer o acesso, é necessário ter conta prata ou ouro no site gov.br. O usuário tem que informar o CPF e a senha do gov.br. A consulta é feita no segmento "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRF)".

No primeiro lote, pago em 31 de maio, 4,13 milhões de contribuintes receberam um total de R\$ 7,5 bilhões, até então a maior quantia já paga pela Receita. O pagamento foi feito apenas a contribuintes prioritários.

O Imposto de Renda ainda terá mais três lotes de restituição neste ano, entre julho e setembro, com a liberação dos valores sendo feita no último dia útil de

cada mês.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50315>

Governo vai reforçar segurança em aeroportos

GERALDA DOCA

O governo lançou ontem um programa para reforçar a segurança em todos os aeroportos internacionais num prazo de 18 meses. A medida começará pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos, onde uma quadrilha agia dentro do terminal na troca de etiquetas de bagagens para enviar droga ao exterior, e vai incluir também o Galeão- Tom Jobim.

Estão previstos a implantação do acesso biométrico para os funcionários que trabalham em áreas restritas; a restrição ao uso de celular nestes espaços; e a instalação de equipamentos de raio-X mais potentes, além de aparelhos de escâner corporais, de identificação de bagagem com chave de acesso individualizada, e de novas câmeras de segurança com reconhecimento facial.

O custo para as melhorias em Guarulhos está estimado em R\$ 40 milhões, que vão sair do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), abastecido com recursos das concessões aeroportuárias.

Ao fazer o anúncio do programa, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, contou que foi chamado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para saber o que poderia ser feito para evitar casos como o de duas passageiras brasileiras que foram presas na Alemanha em abril depois da troca de etiquetas das malas que levavam em Guarulhos.

As bagagens que supostamente seriam delas estavam com drogas.

França afirmou que o governo federal também tem responsabilidade pela segurança dos passageiros e suas bagagens, mesmo nos aeroportos privatizados: - Nós somos corresponsáveis pela segurança das pessoas e dos bens que elas entregam para o transporte nas companhias aéreas. Nós cobramos das pessoas uma taxa para que elas tenham conosco a garantia de que é um serviço público a rigor, que está sendo feito por uma outra empresa -afirmou o ministro.

- Vamos começar por Guarulhos, que é o maior, mas, até para evitar problemas diplomáticos, Galeão também está incluído - brincou o ministro da Justiça, Flávio Dino, também presente no evento.

O programa conta com a parceria da Polícia Federal, da **Receita Federal** e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) com as companhias aéreas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Receita exige contribuição ao INSS sobre intervalo de trabalhador

Beatriz Olivon De Brasília

A **Receita Federal** decidiu que incide contribuição previdenciária sobre pagamentos aos trabalhadores pela supressão do chamado intervalo intrajornada - pausa durante o expediente para alimentação e descanso. O entendimento está na Solução de Consulta nº 108, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que deve ser seguida por todos os fiscais do país.

A manifestação da Receita é importante, segundo especialistas, porque esperava-se que, com a reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017), a questão estivesse resolvida. Com a edição da norma, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passou a prever que esses pagamentos têm caráter indenizatório, e não remuneratório.

Para a órgão, contudo, essa alteração vale apenas para a seara trabalhista. "A atribuição formal, em lei trabalhista, de natureza indenizatória à verba é insuficiente para descaracterizar o fato gerador do tributo, e, como lei especial, prevalece o determinado na lei tributária no concernente à aplicação de **tributos**", afirma a **Receita Federal** na solução de consulta.

Pela CLT, se o intervalo para descanso e alimentação não for concedido, o empregador fica obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. Essa supressão ou redução, de acordo com especialistas, podem estar estabelecidas em acordo ou convenção coletiva.

Na consulta, o contribuinte perguntou para a **Receita Federal** se está obrigada a considerar na base de cálculo da contribuição previdenciária (o salário contribuição) as verbas relativas à indenização pela supressão ou redução do intervalo intrajornada.

Na resposta, o órgão afirma que se o pagamento, à semelhança da hora extraordinária, é retribuição por trabalho desempenhado em horário extra, a circunstância é incidência da contribuição previdenciária, porque o valor se refere a contraprestação pelo trabalho realizado.

"O valor, a qualquer título, pago para retribuir o labor, satisfaz o fato gerador em exame", diz a Receita. Para o órgão, "o único argumento para afastar a tributação seria o arbitramento legal da "natureza indenizatória", mas, como dito, a **legislação tributária** é imune a essas vicissitudes".

De acordo com a Receita, a indicação de natureza indenizatória dos pagamentos pela supressão ou redução do intervalo intrajornada "necessariamente reverbera na seara das obrigações trabalhistas, mas não necessariamente vincula a tributária". E acrescenta: "A não incidência do tributo na relação trabalhista é uma exceção, e as exceções tributárias reclamam disposição expressa pontual e interpretação literal".

Com a reforma trabalhista e a definição expressa de que o caráter é indenizatório, destaca Alessandro Cardoso, sócio do escritório Rolim Advogados, não havia mais dúvida quanto a não incidência de contribuição previdenciária.

"O pressuposto da inclusão de uma verba no salário de contribuição é o caráter remuneratório e a habitualidade.

Inexistência desses requisitos leva à não tributação", afirma o advogado.

Antes da reforma trabalhista, explica, havia divergência sobre a tributação, prevalecendo, na seara trabalhista, o entendimento de que a verba era remuneratória e, portanto, deveria ser tributada.

Agora, segundo o advogado, chama a atenção o entendimento da **Receita Federal**, que tenta fazer uma diferenciação por interpretação de que poderia haver um efeito trabalhista diferente do efeito previdenciário.

Para o advogado Jorge Matsumoto, sócio do escritório Bichara Advogados, considerar o intervalo intrajornada como salarial pode ter impactos para os empregadores e envolver questionamentos em relação a alguns princípios constitucionais. Ele cita a livre iniciativa, segurança jurídica e legalidade.

"O princípio da legalidade estabelece que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão

em virtude de lei. Se a consideração do intervalo intrajornada como salarial contrariar o disposto na legislação trabalhista vigente, pode ser argumentado que viola o princípio da legalidade", diz.

Ainda de acordo com Matsumoto, o não reconhecimento do intervalo intrajornada como indenizatório pode ter reflexos nas demais obrigações previdenciárias, como o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e outros encargos trabalhistas. As implicações previdenciárias podem variar dependendo do enquadramento da empresa e das particularidades da legislação previdenciária em vigor, acrescenta o advogado.

"Com a reforma trabalhista, não havia mais dúvida quanto a não incidência" Alessandro Cardoso

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187582>

INSS passa a conceder pensão por morte de forma automática

Patrick Fuentes

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) começou a conceder a pensão por morte de forma automática a partir deste mês. A concessão é feita com o uso de inteligência artificial, que cruza os dados dos segurados com diversas outras bases de governos federal, estadual e municipal.

O objetivo é diminuir a fila de espera pelo benefício que, em maio, chegou a 132.523 requerimentos. O tempo médio que o segurado aguarda para ter a pensão é de 68 dias, segundo o instituto.

Para a análise, o **INSS** pode checar as informações prestadas pelo cidadão na hora do pedido, inclusive na base de dados de outros órgãos, agilizando o processo.

Hoje, a concessão automática da pensão está prevista nas situações em que o dependente foi casado ou é filho menor de idade da pessoa que faleceu. Para isso, é necessário apresentar a certidão de nascimento ou casamento, além do documento que comprova o óbito.

Especialistas ouvidos pela Folha consideram a medida positiva, mas veem a concessão automática da pensão com ressalvas.

Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), ressalta que apesar de facilitar o acesso aos benefícios, a concessão por robô pode atrapalhar pessoas cujo vínculo legal com o falecido não conste nos sistemas, como em caso de união estável não registrada em cartório.

"Essa forma de concessão de pensão automática é boa? Sem dúvida, mas deixa tantos outros dependentes para trás, porque quando se trata de direito das famílias existem muitas nuances", diz ela.

Bramante explica que a automação, mesmo ao facilitar o acesso ao benefício, permite que pessoas não dependentes do falecido que ainda possuam algum vínculo legal com ele possam asar o sistema para obter os valores no lugar do verdadeiro dependente.

"Imagina alguém que não se separou legalmente e está morando com outra pessoa já há dez anos, por

exemplo. Tem um nicho de pessoas que irá ficar de fora [da concessão automática]", afirma ela.

Rômulo Saraiva, advogado especialista em **Previdência Social** e colunista da Folha, considera a automação benéfica por usar os bancos de dados federais para desburocratizar esse tipo de demanda.

"A automação no caso da pensão por morte adota um raciocínio semelhante à automação do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, onde o próprio **INSS** analisa as informações do grupo familiar e dependentes previdenciários. E uma situação relativamente simples."

A pensão por morte do **INSS** é paga aos dependentes do segurado que morreu como marido, mulher e filhos, entre outros. Por lei, há regras para liberar o benefício. Uma delas diz respeito à idade dos dependentes. O benefício só é pago por toda a vida para dependentes acima de 44 anos.

Segundo Saraiva, entre os motivos de negativa da pensão por morte está a falta de pagamento de contribuições pelo segurado.

"Sem anotação formal na carteira de trabalho, esses trabalhadores estão à margem da lei, embora estejam desempenhando a atividade do vínculo empregatício e os dependentes vão ficar invisíveis [para o **INSS**]", diz ele.

Fernanda Perregil, especialista em direito do trabalho e pesquisadora do núcleo Além do Direito do Trabalho da USP, explica que outro fator que pode levar ao indeferimento da concessão do benefício automático é a falta de vínculo de dependência com a pessoa que morreu.

"Se existe condição financeira para sustento próprio, então não há dependência, não qualificando a pessoa para a pensão por morte. É necessário ter a dependência do falecido muito bem comprovada", diz ela.

Segurados com união estável não conseguem a concessão automática da pensão por morte. Neste caso, a concessão será analisada por um servidor. Para comprovar dependência por união estável é necessário que o casal esteja junto no mínimo há dois

anos anterior à data do óbito do segurado.

Para a comprovação da união, é preciso apresentar duas provas documentais (uma delas pode ser a declaração de união estável feita em cartório) . Também é possível apresentar testemunhas ao **INSS**.

Os especialistas afirmam que, após a negativa por parte do **INSS**, é possível entrar com recurso administrativo no CRPS (Conselho de Recursos da **Previdência Social**) no prazo de até 90 dias.

Nos casos em que a união entre o dependente e o falecido não seja reconhecida automaticamente, o dependente também pode recorrer para comprovar o direito à pensão por morte.

É necessário que haja comprovação que ambos estiveram em uma união estável ou casamento por pelo menos dois anos, por meio de provas documentais, e de tempo de contribuição junto à **Previdência Social**, além de extratos bancários, holerites e outros documentos. Neste caso, também vale ação judicial para recorrer da decisão.

Quem pode receber a pensão por morte

SÃO CONSIDERADOS DEPENDENTES PARA TER PENSÃO POR MORTE

Cônjuge ou companheiro

Filhos não emancipados menores de 21 anos

Filhos que sejam inválidos ou tenham deficiência intelectual, mental ou grave

Os pais da pessoa que morreu

Irmãos não emancipados menores de 21 anos

Irmãos maiores de 21 anos que sejam inválidos ou tenham deficiência intelectual, mental ou grave

Para a concessão da pensão por morte, é necessário que a pessoa falecida seja segurada da **Previdência Social**, além da comprovação de que o requerente do benefício é dependente do segurado que morreu

QUAIS OUTROS

BENEFÍCIOS

SÃO CONCEDIDOS

AUTOMATICAMENTE?

Aposentadoria por tempo de contribuição

Aposentadoria por idade (urbana e rural)

Salário-Maternidade (urbana e rural)

Pensão por morte (urbana e rural)

BPC (Benefício de Prestação Continuada) do Idoso

BPC (Benefício de Prestação Continuada) do Deficiente

Auxílio-Reclusão Urbana e Rural

Auxílio-Inclusão

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50315>

CJF libera verba para pagar atrasados

- Aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que venceram ações de concessão ou revisão do benefício na Justiça podem ter direito de receber os valores devidos neste mês. O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 1,9 bilhão para pagar os atrasados.

Ao todo, serão contemplados 118.634 beneficiários que ganharam 92.133 processos contra o instituto. O valor irá quitar as chamadas requisições de pequeno valor (RPVs), que são atrasados de até 60 salários mínimos.

O montante total de RPVs chega a R\$ 2,2 bilhões, pois contempla também as demais requisições de pequeno valor. Dentre as ações estão processos de servidores que derrotaram o governo federal na Justiça e têm direito de receber o dinheiro, desde que haja ordem de pagamento do juiz. Ao todo, serão beneficiados 194.011 cidadãos que venceram 156.097 processos.

Para receber neste lote de junho, é preciso que o processo tenha chegado totalmente ao final, sem possibilidade de recurso do **INSS**. Além disso, a ordem de pagamento deve ter sido emitida pelo juiz em alguma data do mês de maio.

O dinheiro cai na conta do segurado após a liberação feita pelo Tribunal Regional Federal (TRF). Os tribunais abrem contas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal em nome do aposentado ou de seu advogado para fazer o depósito. Esta etapa de abertura de contas é chamada de processamento.

A consulta para saber se irá receber neste mês é feita no site do TRF de sua região. Em São Paulo e Mato Grosso do Sul, por exemplo, o cidadão pode consultar o site do (Tribunal Regional da 3a Região (TRF-3): trf3.jus.br.

As RPVs deste ano têm dois limites. Até o dia 30 de abril, valem R\$ 78.120, com o salário mínimo em R\$ 1.302 que vigorou no país de 1º de janeiro até então. A partir de 1º de maio, com o reajuste do mínimo publicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que subiu para R\$ 1.320, o valor muda para R\$ 79,2 mil.

Correções - Na consulta, o segurado consegue ver o valor que será depositado pela Justiça. Basta ir em um campo onde se lê "Valor inscrito na proposta". Esse montante, no entanto, poderá ter correções conforme

a data do pagamento.

A consulta é feita no site do tribunal da região onde o aposentado ou pensionista abriu o processo, informando CPF do segurado ou número da OAB do advogado. Também é possível fazer a conferência por meio do número do processo.

Para saber se vai receber neste lote, é preciso observar o mês que aparece no campo "Data protocolo TRF". Recebem em maio os segurados que tiveram o atrasado liberado pelo juiz em abril. Após o pagamento, aparecerá a informação "pago total ao juízo".

Ao fazer a consulta do seu atrasado no site do tribunal de sua região, é possível saber se irá receber por RPV, que é paga em até dois meses após a liberação dos valores pelo juiz, ou por precatório, liberado apenas uma vez por ano pelo CJF.

Para quem receberá um atrasado de até 60 salários mínimos, no campo "Procedimento" estará escrito "RPV". Já se o valor for maior, no mesmo campo estará escrito "PRC".

Têm direito aos atrasados os segurados que processaram o **INSS** e ganharam a ação, sem possibilidade de recurso. Além disso, o dinheiro só sai após a ordem do juiz para que se pague o valor. É preciso que o processo seja de até 60 salários mínimos, pois atrasados com valores maiores viram precatórios, que têm um outro sistema de pagamento, com liberação em apenas um lote por ano.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

INSS pode pagar revisão do artigo 29 para mais 148,5 mil benefícios; veja quem tem direito (Previdência)

Cristiane Gercina

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) deixou de fora da revisão do artigo 29 ao menos 148.185 benefícios que não entraram no calendário pagamento entre 2013 e 2022. Conhecida também como revisão dos auxílios, a correção é devida porque, entre 2002 e 2009, o órgão errou ao pagar benefícios por incapacidade .

Na época, o **INSS** deixou de descartar as 20% menores contribuições no cálculo da média salarial dos trabalhadores, diminuindo o benefício final.

Os 148 mil foram informados à Justiça na ação civil pública que forçou o **INSS** a firmar acordo para reconhecer o erro e fazer o pagamento da revisão de forma administrativa. A ação foi movida pelo MPF (Ministério Público Federal) e pelo Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos) em 2012.

Segundo Tonia Galetti, coordenadora do departamento jurídico do Sindnapi, desde que foi feito o acordo com o instituto, há dez anos, não havia uma forma de conferir se o pagamento estava sendo realizado a todos que tinham direito. Isso porque o **INSS** é quem detém os dados dos segurados e pode fazer a varredura.

Com isso, alguns segurados que não foram contemplados procuraram a Justiça, mas houve outros casos em que o pagamento não ocorreu nem de forma judicial nem administrativa. Na época do acordo, o instituto aceitou pagar a revisão por lotes anuais, levando em consideração a idade do segurado na época do acordo e se ele ainda estava recebendo ou não a renda.

O pagamento foi feito em dez anos e terminou em maio de 2022. Em nota, o instituto admitiu que 148.185 benefícios não tiveram a revisão processada "uma vez que apresentaram inconsistências na tentativa de processamento pelo sistema", por se tratar de benefícios considerados pelo órgão como mais complexos.

O **INSS** diz que pagará os valores, mas ainda está criando tarefas em seus sistemas para que os servidores do órgão façam a análise dos benefícios e possam confirmar o pagamento.

"Para os benefícios em que a revisão não foi possível ser processada via sistema, estão sendo criadas tarefas de revisão para serem analisadas pelos servidores do **INSS**", informa nota do instituto.

"Para os benefícios que tiveram a revisão processada, mas os valores não foram gerados, o segurado poderá solicitar o pagamento através do Meu **INSS**, em 'Solicitação de crédito não recebido', diz o **INSS**.

Tonia afirma que o Sindnapi foi à Justiça exigindo que o pagamento seja feito o quanto antes. "Eles [**INSS**] disseram que precisavam de um ano para conseguir pagar. A gente já fez uma petição dizendo que não concorda com esse prazo", afirma ela.

A advogada acredita que, como o próprio instituto tem a fórmula para reconhecer o erro e fazer o pagamento, não há motivos para demora. "Eu creio que foi uma falha no sistema que não puxou todas as pessoas."

A advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), afirma que os segurados que não tiveram o pagamento da revisão, mas estavam dentro do acordo podem fazer o pedido administrativo para ter os valores.

Já quem julga ter direito, mas não foi contabilizado pelo instituto pode tentar uma ação no Juizado Especial Federal em busca do reconhecimento do valor. Há, no entanto, uma dificuldade em receber, porque o prazo de dez anos para pedir essa revisão ao **INSS** já acabou.

É preciso provar de alguma forma que o instituto deveria ter pagado os valores, mas errou pela segunda vez, deixando de fora esse segurado.

Entre 17 de abril de 2002 e 29 de outubro de 2009, o **INSS** errou ao pagar benefícios por incapacidade, como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, incluindo pensões e aposentadorias derivados destes

benefícios. Em 2012, após ação na Justiça, o órgão aceitou fechar um acordo e pagar os valores devidos.

Na época, o instituto deixou de descartar os 20% menores salários ao fazer o cálculo da média salarial, resultando em uma renda previdenciária menor. O correto era considerar os 80% maiores pagamentos, mas o **INSS** fez o cálculo incluindo todos os salários, o que diminuiu o benefício.

Quem recebeu benefício por incapacidade durante este período no qual havia o erro ou teve um benefício derivado do auxílio ou aposentadoria calculada de forma errada pode ter direito de receber.

A regra dos 80% maiores salários acabou com a reforma da Previdência de 2019. Desde então, 100% das contribuições pagas em reais, desde julho de 1994, entram no cálculo da média salarial.

Segundo o **INSS**, ao todo, 14,5 milhões de benefícios foram revistos na revisão do artigo 29, seja de forma automática, administrativa ou judicial. Desse total, 10,1 milhões não apresentaram diferenças a serem pagas; 2,9 milhões tiveram os valores pagos de forma automática pelo sistema e 372 mil foram revistos judicialmente, com pagamento na Justiça. Já 376,8 mil benefícios tiveram os valores pagos administrativamente após acionarem o instituto.

O **INSS** informa que 502,8 mil benefícios foram revistos, mas não tiveram os valores gerados pelo sistema pelos seguintes motivos:

Não é mais possível entrar com o pedido da revisão nem no **INSS** nem na Justiça porque o prazo para a solicitação, que é de dez anos, já acabou. O segurado pode, no entanto, requerer o pagamento dos valores, caso tenha entrado na lista do instituto e não tenha recebido.

Além disso, há a possibilidade de acionar a Justiça para que esse pagamento seja feito. Além do extrato de pagamento do benefício com erro, o segurado deve ter também a carta enviada pelo **INSS** informando o direito à revisão.

Tanto o **INSS** quanto os especialistas consideram que houve algum erro do sistema na hora de fazer a varredura para saber quais benefícios deveriam ter a renda revista e o pagamento realizado. Em alguns casos, é possível provar esse erro. Em outros, não há como o cidadão identificar a falha.

Na época do acordo, houve ainda alguns perfis de segurados que ficaram de fora, dentre eles estão os seguintes benefícios:

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/06/inss-pode-pagar-revisao-do-artigo-29-para-mais-1485-mil-beneficios-veja-quem-tem-direito.shtml>

Cresce o número de empresas

Lucianne Carneiro

Puxado por companhias sem empregados, o número de empresas cresceu no país em 2021, assim como o de pessoal ocupado, mas o salário médio real recuou, mostram novos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O número de empresas no país avançou 5,8% em 2021, para 5,75 milhões, a maior alta desde 2019 (6,1%). Já o contingente ocupado assalariado cresceu 4,9%, para 47,62 milhões de pessoas, o ritmo mais forte desde 2011 (5,1%). Foram 2,2 milhões de trabalhadores a mais que se inseriram no mercado. O crescimento foi além de apenas recuperar as perdas de 2020, quando houve queda de 1,8%.

Apesar da forte expansão, o movimento foi acompanhado por queda de 2,6% do salário médio real na passagem entre 2020 e 2021, de R\$3.353 para R\$3.266, segundo a pesquisa Estatísticas do Cadastro Central de Empresas -2021 (Cempre 2021). Naquele ano de 2021, o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro cresceu 5%, ritmo suficiente para avançar além da recuperação da perda de 3,3% que tinha sido registrada em 2020.

No caso das empresas, o impulso para a expansão em 2021 veio especialmente daquelas sem empregados assalariados, cujo crescimento foi de 7,7% em 2021, para 3,08 milhões de pessoas. O aumento foi menos intenso entre as companhias com um ou mais empregados assalariados: passou de 3,6% e chegou a 2,66 milhões.

Quase dois terços do aumento das empresas (205,4 mil) ocorreram no setor de serviços, como aponta o analista da pesquisa Eli-seu Oliveira. Neste setor, destacam-se atividades jurídicas, serviços de arquitetura e engenharia, publicidade, serviços de escritório e apoio administrativo, serviços de tecnologia da informação, e serviços de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos.

"São atividades que se caracterizam por apresentar uma maior concentração de empresas sem pessoas assalariadas. Essas atividades, que já vinham crescendo nos últimos anos, exigem uma capacidade técnica específica do seu pessoal ocupado, porém, uma vez atingida essa capacidade, exigem baixos investimentos iniciais em capital físico e financeiro", diz.

Destaque negativo da pesquisa, o salário médio real teve queda de 2,6% entre 2020 e 2021, para R\$ 3.266, já descontado o efeito da **inflação**. Dois motivos ajudam a explicar essa queda do salário real, segundo Oliveira: a **inflação** [de 10,16% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)] e o movimento de trabalhadores que retomam ao mercado com salários mais baixos.

"Com a **inflação**, os salários nominais, que podemos entender como os valores expressos no contracheque ou holerite, não foram capazes de manter o padrão de consumo das famílias em 2021. Em segundo lugar, o que pode explicar a queda nos salários reais é a existência de trabalhadores que perderam seus empregos na pandemia e aceitaram salários menores", afirma.

Na análise pelo nível de escolaridade, o salário médio, em 2021, era de R\$ 2.238 para quem não tinha nível superior e de R\$ 6.613 para quem tinha nível superior. Ou seja, trabalhadores mais qualificados ganham quase o triplo dos menos qualificados.

Quando se considera o valor do salário pela equivalência com o salário mínimo, no entanto, o salário médio real no país avançou de 2,9 salários mínimos em 2020 para três salários mínimos em 2021.

Com a queda do salário médio real, apesar do aumento de pessoal ocupado, a massa salarial das empresas formais ficou quase estável em 2021, com variação de apenas 0,3%, para R\$ 2 trilhões.

Os dados do IBGE apontam ainda que, do aumento de 2,2 milhões do contingente de pessoal ocupado assalariado nas empresas formais em 2021, quase metade (48,3%) veio de apenas três atividades: comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (428,5 mil), indústrias de transformação (386,9 mil) e administração pública, defesa e **seguridade social** (260,3 mil). Ainda assim, o crescimento foi espalhado: 14 de um total de 16 segmentos ampliaram o pessoal ocupado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187582?page=1§ion=1>

Pequenas empresas geram impacto vital na economia

No próximo dia 27 é comemorado o Dia Internacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU). A data é uma forma de destacar a importância econômica e social dos pequenos negócios em todo o mundo.

"O brasileiro é criativo e tem espírito empreendedor. E a legislação do País veio se adequando, buscando facilitar o empreendedorismo. Além da categoria "micro, pequenas e médias empresas", temos também o MEI, que é o microempreendedor individual", observa o presidente do conselho deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

Ele acrescenta que as micro, pequenas e médias empresas representam a maioria das empresas no País, gerando emprego, renda e **impostos**. Levantamentos recentes do Sebrae confirmam o papel de protagonistas das micro e pequenas em relação aos postos de trabalho gerados no Brasil neste ano.

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), um estudo do Sebrae mostrou que 76% dos empregos criados em abril no País foram desse extrato da economia. Do total de 180 mil novas vagas, 136,3 mil estavam nas micro e pequenas empresas e 33,8 mil nas de médio e pequeno porte.

Em Minas, nesse mesmo mês, as micro e pequenas empresas criaram 18.978 vagas com carteira assinada, fruto de 132.663 contratações e 113.685 desligamentos. Foi o terceiro saldo positivo consecutivo. Do total de empregos gerados no Estado em abril, os pequenos negócios participaram com 69,8%, conforme levantamento do Sebrae Minas.

O saldo acumulado dos primeiros quatro meses de 2023 (65.116), frente ao mesmo intervalo de tempo do ano anterior (55.764), mostra que houve um crescimento de quase 17%, o que indica uma retomada na abertura de postos de trabalho nas MPES.

Além de serem responsáveis por cerca de 8 a cada 10 novas vagas de trabalho, as empresas optantes do Simples, que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano, as contratações feitas por elas impactam na criação de empregos em toda a economia Segundo estudo

realizado pelo Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a cada dois empregos gerados pelos pequenos negócios, outro emprego adicional é criado indiretamente.

De acordo com dados da **Receita Federal**, atualizados até o último dia 17, Minas conta com cerca de 2,312 milhões de pequenos negócios, sendo em torno de 1,666 milhão MEIs e 645.946 MPES.

Impacto na economia - A atuação dos microempreendedores individuais (MEIs) também tem impactos na economia brasileira. A avaliação inédita de impacto, realizada pelo Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), revela que o efeito da formalização do MEI gira entre R\$ 19,81 bilhões e R\$ 69,56 bilhões no País. Esse incremento é estimulado pelo aumento de renda que os donos de pequenos negócios obtêm ao se formalizarem. Ao conquistarem um CNPJ, a renda desses empreendedores aumenta entre 7% e 25%. A figura do MEI surgiu em 2008, com a Lei nº 128, buscando formalizar trabalhadores brasileiros que, até então, desempenhavam diversas atividades sem nenhum amparo legal ou segurança jurídica. A legislação entrou em vigor em 2009.

Os microempreendedores individuais representam 63,8% do total das empresas formais do Estado. De 2020 a 2023, os registros saltaram de 1,2 milhão para 1,6 milhão em Minas, o que representa um crescimento de 45% no Estado.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Selic: BC força 13,75% de novo - ECONOMIA

RUBENS FROTA

O Copom do Banco Central voltou a ignorar a pressão do Governo Federal e de empresários pela redução dos juros e manteve, ontem, a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano. A sustentação da Selic no atual patamar veio em linha com a projeção consensual do mercado financeiro de que os juros ficariam estáveis pela sétima vez consecutiva - a quarta desde o início da gestão Lula 3. Antes da reunião, o BC voltou a ser alvo de críticas. Além da pressão de Lula e de seus ministros, um grupo de 51 integrantes do Conselho (Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República), dentre eles a empresária Luiza Trajano, escreveu uma carta aberta pedindo corte de juros.

Houve, ainda, um protesto em frente ao prédio do BC em São Paulo, na última terça-feira (20), promovido por centrais sindicais. Os apelos levaram em conta que o cenário econômico doméstico apresentou melhora desde o encontro anterior do Copom, em maio, com desaceleração da **inflação** corrente e apreciação do câmbio -influenciada pela revisão da perspectiva do Brasil para "positiva" pela agência de classificação de risco S P Global Ratings.

Em maio, o índice oficial de **inflação** do Brasil desacelerou para 0,23%, segundo dados divulgados pelo IBGE. No acumulado em 12 meses, o IPCA recuou para 3,94% -a menor variação para o mês desde 2020.

Taxa do meio-fio

Enquanto nada se define sobre a interrupção ou não, a Fraport segue de vento em popa na cobrança da taxa do meio-fio no Aeroporto Internacional Pinto Martins. A taxa de R\$ 20 é empurrada goela abaixo de quem precisa aguardar passageiros embarcarem ou desembarcarem nas vias de acesso aos portões principais do terminal. Passou de dez minutos, pagou. Isso prejudica, além do público geral, motoristas de aplicativo, por exemplo. A OAB pede, na Justiça, a suspensão da imoralidade.

Poupança

Com a menor **inflação** ao longo dos últimos meses, a poupança alcançou em maio o maior ganho real desde

outubro de 2017. Segundo a Trade- Map, a poupança rendeu 4,4% acima da **inflação** em 12 meses encerrados em maio - maior retorno real desde outubro de 2017, quando o resultado acumulado foi de 4,44%. Entre setembro de 2020 e agosto de 2022, a poupança teve retorno real negativo aos poupadores em 12 meses, em um momento de alta nos preços com a volta das atividades após pandemia.

Juros afetam 66% micro e pequenas indústrias

A satisfação macroeconômica das micro e pequenas indústrias caiu de 103 pontos para 93 no bimestre de abril e maio sobre os dois meses anteriores, diz a pesquisa Simpi/Datafolha. É a menor pontuação desde que o levantamento começou a ser feito em 2022. Entre a pesquisa de fevereiro e março - esta referente a abril e maio -, cresceu de 52% para 66% o índice de empresas que estão se vendo muito prejudicadas pelas taxas de juros no Brasil, sendo que quase metade das companhias dizem não ter capital de giro suficiente.

Dólar cai

Mesmo sem saber da manutenção da Selic, pelo BC, o dólar comercial encerrou a sessão de ontem cotado a R\$ 4,768, em queda de 0,59%. É o menor valor desde 30 de maio do ano passado, quando a moeda atingiu R\$ 4,7526. O Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores brasileira (B3), encerrou com alta de 0,67%, aos 120.420,75 pontos. É o maior patamar desde 4 de abril do ano passado, quando fechou em 121.279,51 pontos. No ano, a Bolsa já subiu 9,74%.

Arcabouço avança

Com a aprovação do novo arcabouço fiscal no Senado, o Governo consolida a vitória política obtida primeiro na Câmara dos Deputados.

O texto-base foi aprovado, ontem, no plenário do Senado por 57 votos a 17. O placar expressivo mostra, novamente, ampla folga em relação ao mínimo de 41 votos que o Governo precisava reunir no Senado - um feito relevante para um governo que enfrenta dificuldades para consolidar uma base de apoio no Congresso Nacional.

IR: Consulta a segundo lote liberada amanhã

A **Receita Federal** confirmou que o segundo lote de restituição do IR 2023 terá a consulta liberada amanhã (23), a partir das 10h. Haverá o pagamento de valores a quem entregou a declaração neste ano ou a contribuintes que saíram da malha fina de anos anteriores. Ao todo, serão contemplados 5,1 milhões de contribuintes com um montante de R\$ 7,5 bilhões. O dinheiro será liberado no dia 30. Todo o valor será destinado a contribuintes que têm prioridade, diz o fisco.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/22-06-2023-edicao24599/>

Marco fiscal passa no Senado, mas terá que voltar para a Câmara

Caetano Tonet, Raphael Di Cunto e Estevão Taiar De Brasília

O plenário do Senado Federal aprovou nessa quarta-feira por 57 votos a 17 o projeto do novo arcabouço fiscal. O texto terá que voltar para a Câmara para que os deputados analisem as emendas feitas pelos senadores, antes de ser enviado à sanção. Em função das festas de São João e da viagem do presidente Arthur Lira (PP-AL) para Portugal, a votação da nova regra pelos deputados só ocorrerá daqui a pelo menos duas semanas.

A principal mudança em plenário foi sugerida em emenda do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), para evitar corte de R\$ 32 bilhões no projeto de lei orçamentária anual (Ploa) de 2024. Esses R\$ 32 bilhões são a diferença entre o projeto original do governo, que considerava a **inflação** até dezembro para corrigir o piso de despesas, e a proposta aprovada pela Câmara, que faz o cálculo com base na **inflação** dos 12 meses até junho.

Randolfe argumentou que a emenda é necessária para "garantir investimento em rodovias e saneamento, além de despesas correntes como emissão de passaportes e funcionamento do **INSS** e serviços assistenciais" como o Bolsa Família e aposentadorias.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, esteve pessoalmente no plenário para pedir aos senadores a aprovação da emenda. Do contrário, as despesas poderiam ser elevadas no fim do ano, se houvesse alta da **inflação**, mas o Ploa teria que ser encaminhado em agosto com o corte dos R\$ 32 bilhões. Após a aprovação da medida, Tebet disse que a mudança viabiliza o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O relator do projeto, senador Omar Aziz (PSD-AM), inicialmente tinha rejeitado a emenda, mas mudou de ideia após apelos de Randolfe e do senador Weverton Rocha (PDT-MA). "Mas tem que explicar o que está acontecendo.

Não é à toa que não está contemplado na votação da Câmara", afirmou. Ele destacou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não havia pedido a

mudança e que a proposta pode se voltar contra o próprio governo se não houver a alta esperada na **inflação** porque, aí, será necessário cortar gastos programados.

Na justificativa da emenda, Randolfe destacou que esse risco só existe se a **inflação** no fim do ano ficar abaixo de 4%, taxa registrada nos últimos 12 meses, "o que não é previsto por qualquer agente econômico". A proposta aceita pelos senadores, inclusive os de oposição, diz que as despesas "condicionadas" constarão no Ploa, mas dependerão dessa alta da **inflação** na comparação entre junho e dezembro. Essa alteração precisará ser confirmada pelos deputados em julho.

Eles terão também que avaliar outras mudanças feitas pelos senadores e que já constavam do texto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem pela manhã. O Senado decidiu excluir da regra de controle dos gastos o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e as despesas com ciência, tecnologia e inovação.

Aziz ainda acatou de última hora na CAE emenda que inclui "a alienação de ativos e a privatização de empresas estatais" entre as possíveis medidas de ajuste das contas públicas. O senador Oriovisto Guimarães (Podemos- PR) destacou que há 187 empresas estatais que podem ser utilizadas para reduzir a dívida.

O funcionamento e os parâmetros da regra não foram alterados no Senado. O arcabouço continua prevendo metas anuais de resultado primário e crescimento real das despesas primárias da União entre 0,6% e 2,5% por ano, que será equivalente a 70% do incremento das receitas.

Tebet afirmou em audiência na Câmara que o arcabouço precisará de R\$ 150 bilhões em "incremento de receitas" para "dar certo". Segundo a ministra, esse incremento será alcançado "sem aumento de **impostos**", mas revendo decisões do passado para evitar sonegação e contencioso tributário.

Líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN) criticou a proposta. "Vai alterar a nossa dívida em

pelo menos 13 pontos percentuais a mais do que em janeiro de 2023. Quem está dizendo isso é o IFI, a Instituição Fiscal Independente do Senado, que é independente", afirmou. "Isso significa simplesmente que todo o esforço feito pela sociedade brasileira na mudança da estrutura previdenciária em 2019 vai por água abaixo em quatro anos", disse.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), rebateu que a proposta é mais flexível do que o atual teto de gastos, mas que foi o governo Bolsonaro (PL) que modificou a regra fiscal várias vezes para poder gastar mais na eleição. "Não há pretensão deste governo, do qual sou líder, de furar a responsabilidade fiscal", afirmou.

"Emenda é necessária para garantir investimentos"
Randolfe Rodrigues

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187582>

Empréstimos ficam restritos

Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) não podem contratar empréstimos consignados desde maio deste ano, quando foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 1.164, convertida na lei federal nº 14.601 na última segunda-feira, 19, esclarece a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) as instituições financeiras podem oferecer as modalidades de crédito consignado, cartão de crédito consignado e cartão de crédito consignado com benefícios. Trabalhadores da iniciativa privada também podem acessar o crédito consignado, sendo que os produtos oferecidos variam conforme contrato firmado com o empregador, informa a Febraban.

TRANSPARÊNCIA

Instituições financeiras consignatárias do **INSS** e Dataprev devem ampliar divulgação sobre as taxas e custos dos empréstimos consignados, do cartão de crédito e do cartão consignado para beneficiários da **Previdência Social**, conforme resolução do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), publicada em maio deste ano. (SB)

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

Copom ignora pressão e mantém taxa de juros

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central voltou a ignorar a pressão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de empresários pela redução dos juros e manteve ontem a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano. A sustentação da Selic no atual patamar veio em linha com a projeção consensual do mercado financeiro de que os juros ficariam estáveis pela sétima vez consecutiva - a quarta desde o início da gestão petista.

Antes da reunião, o BC voltou a ser alvo de críticas. Além da pressão de Lula e de seus ministros, um grupo de 51 integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República (Conselhão), dentre eles a empresária Luiza Heleno Trajano, escreveu uma carta aberta pedindo corte de juros. Houve ainda um protesto em frente ao prédio do BC em São Paulo, na terça-feira, promovido por centrais sindicais.

Os apelos levaram em conta que o cenário econômico doméstico apresentou melhora desde o encontro anterior do Copom, em maio, com desaceleração da **inflação** corrente e apreciação do câmbio - influenciada pela revisão da perspectiva do Brasil para "positiva" pela agência de classificação de risco S P Global Ratings. Em maio, o índice oficial de **inflação** do Brasil desacelerou para 0,23%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado em 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) recuou para 3,94% - a menor variação para o mês desde 2020.

O ambiente mais favorável se traduziu em viés de queda nas expectativas de **inflação** nas últimas semanas. Segundo o boletim **Focus**, divulgado na segunda-feira, a projeção dos analistas para o IPCA deste ano foi revisada de 5,42% para 5,12%. Para o ano que vem, a expectativa caiu para 4%. Para 2025, a estimativa dos economistas está em 3,8% - acima do centro da meta.

A decisão do colegiado do BC foi tomada uma semana antes da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), agendada para o dia 29, quando os ministros da Fazenda (Fernando Haddad) e do Planejamento e Orçamento (Simone Tebet), além do presidente do BC (Roberto Campos Neto), devem debater as metas de **inflação**.

O presidente Lula sinalizou anteriormente o desejo de mudar os alvos da autoridade monetária, enquanto Haddad defendeu um ajuste no horizonte da meta de **inflação**. Atualmente, os objetivos perseguidos pelo BC são 3,25% neste ano e 3% em 2024 e 2025, com intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

REAÇÃO "O setor produtivo brasileiro, ainda buscando recuperação após os anos de pandemia, não suporta conviver com uma taxa de juros tão elevada. Esse cenário é injustificável", afirmou o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas), José Anchieta da Silva ao lembrar que tanto a **inflação** atual quanto a projeção estão em queda. "Com a **inflação** em queda, os juros elevados só têm servido para desestimular investimentos e aumentar a inadimplência da população", acrescentou.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) manifestou preocupação com a decisão do Copom. "Entende-se que, com a tendência de queda da **inflação**, as discussões avançadas sobre a **reforma tributária** e o encaminhamento do novo arcabouço fiscal, o Brasil esteja preparado para um novo ciclo de corte de juros", diz a entidade em nota. Para o presidente da Câmara de Diretores Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH), Marcelo de Souza e Silva, "os juros atuais prejudicam o comércio em aspectos como no aumento dos bens de consumo, encarecimento do crédito para lojistas, redução do poder de compra das famílias, crescimento da inadimplência e menor dinheiro em circulação".

"Chama a atenção no **comunicado** o fato de o comitê ainda não sinalizar que teremos corte de juros na próxima reunião, o que vai contra o que o mercado esperava e revela o tom hawkish (alta) do **comunicado**", avalia Idean Alves, sócio da Ação Brasil Investimentos. "Não parece um **comunicado** de que o corte da taxa de juros está próximo", observa o consultor econômico da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Nicola Tingas. "Quanto aos próximos passos, o comitê manteve a linguagem lacônica usual, reafirmando que estes "dependerão evolução da dinâmica inflacionária". Isto posto, mantemos nossa percepção de que o início do ciclo de cortes da Selic deverá acontecer já em agosto", afirma Marcelo

Fonseca economista chefe da Reag Investimentos.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/06/2023/p1>

BC frustra, mas economistas mantêm cenários

Matheus Prado e Arthur Cagliari De São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) retirou da sua comunicação a possibilidade de novas altas de juros, mas, ao contrário do que parcela majoritária do mercado esperava, manteve tom duro e o início do processo de flexibilização em aberto. Economistas ouvidos pelo Valor escolheram manter cenários inalterados à espera de mais indicações macro e do próprio BC antes da decisão de agosto.

A economista-chefe da Principal Claritas, Marcela Rocha, diz que, comparado ao **comunicado** anterior, há moderação no discurso na decisão de ontem. Ela nota que o BC não fala mais em retomada do ciclo de altas e que retirou o cenário alternativo com Selic constante, o que mostra que caminha para discutir flexibilização da política. Mas, em relação às expectativas, diz que o **comunicado** foi mais duro.

"O texto cita um ambiente externo ainda preocupante e antecipa o avanço da **inflação** local no segundo semestre por conta do carregamento estatístico, não celebrando o processo desinflacionário atual. Projeções também não caminharam para baixo, como o mercado esperava, e o balanço de riscos não trouxe melhora em relação ao cenário fiscal", enumera.

Para a economista, o texto tirou a chance de novas altas na Selic, mas o BC defendeu que a estratégia de manutenção da taxa por período prolongado tem se mostrado adequada para assegurar a convergência da **inflação** e que o momento pede cautela e parcimônia, não deixando explícitos os próximos passos nos juros.

O economista-chefe da WHG, Fernando Fenolio, diz que o Copom foi mais duro ao não telegrafar corte de juros em agosto e, caso o faça, praticamente afastou a chance de uma redução de 0,5 ponto. Além disso, diz, impôs condições para que consiga iniciar um processo de flexibilização.

"Considerarei o movimento semelhante ao do Ilan [Goldfajn] em 2016, condicionando o corte a alguns fatores. Neste caso, citou a dinâmica da **inflação**; a desaceleração da atividade; e as expectativas de **inflação**. Essa última pode ter melhora após a decisão do CMN", diz. O economista afirma que não irá revisar seu cenário, com primeiro corte em setembro, porque o texto foi "mais na direção do cenário da casa do que

de um corte".

Já o economista Leonardo Costa, da ASA Investments, diz que quem esperava um corte em agosto "vai ficar muito frustrado". O executivo indica que o BC seguiu bastante afeito às expectativas de **inflação**, que estão 0,8 ponto percentual acima da meta, e "isso não é estar em torno da meta".

Diante disso, Costa afirma que a ASA mantém a projeção de corte na Selic só em 2024. "Não alteramos porque o **comunicado** veio mais próximo do que acreditamos.

Se observar o texto, tudo o que foi elencado não está compatível com o que a autoridade espera para dar início ao ciclo de cortes de juros.

Por isso vemos uma queda na Selic só a partir do ano que vem." Ao justificar sua leitura, Costa diz que a projeção da **inflação** do BC para 2024 não recuou tanto desde a última leitura. Em maio, era de **inflação** em 3,6% em 2024; ontem, 3,4%.

"Isso mostra que potencialmente houve elevação do juro neutro no modelo do BC, o que deve também atrapalhar no corte de juros mais adiante, outro fator duro." A leitura do economista-chefe do MUFJ Brasil, Carlos Pedroso, foi de que o tom se manteve conservador, mas que ainda existe espaço para que os cortes comecem em agosto. "Deve ser um corte de 0,25 ponto percentual em agosto e certo gradualismo depois", aponta.

Pedroso lembra, ainda, que até a próxima reunião, dois acontecimentos podem dar condições para esse movimento: a aprovação do novo marco fiscal e uma discussão mais aprofundada da **reforma tributária** no Congresso.

Ainda na leitura do economista, com a decisão de ontem, alguma correção deve ser observada no preço dos ativos. "Acho que a expectativa era que tivesse algum sinal mais forte do início do corte de juros. Acredito, assim, que houve alguma frustração. Talvez tenha alguma alteração na curva de juros.

Câmbio, por exemplo, pode apreciar por conta de ter mantido o carregamento [do diferencial de juros]." Rocha, da Claritas, também mantém projeção de flexibilização

em agosto. Se olhasse só para o **comunicado**, diz, a sinalização seria de que o BC vai demorar mais a cortar. "Mas a hipótese de agosto não está descartada quando analisamos o cenário macro e a decisão do CMN. Se as metas [de **inflação**] se mantiverem e as expectativas continuarem a convergir, teríamos ainda janela positiva em termos de **inflação**. A ata vai ser importante para mostrar se existe um otimismo maior de alguns membros."

"Os participantes do mercado que esperavam um primeiro corte em agosto vão ficar frustrados"
Leonardo Costa

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187582>

Sem tributária, fica difícil gerenciar regra fiscal, diz Haddad

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) defendeu nesta quarta-feira (21) a **reforma tributária** como necessária para a sustentabilidade fiscal do país, relacionando a reformulação do sistema tributário do país ao gerenciamento da nova regra para controle das contas públicas.

"Sem **reforma tributária**, fica muito mais difícil gerenciar a regra fiscal. A **reforma tributária** é um dos pressupostos da regra fiscal porque ela traz segurança", afirmou o titular da Fazenda em evento promovido pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e pelo grupo Esfera Brasil.

Haddad também associou a **reforma tributária** a uma maior segurança jurídica. Segundo o ministro, 40% do custo do Judiciário corresponde a litígio tributário. "A **reforma tributária** é pressuposto, na minha opinião, para a gente dar um passo para sustentabilidade fiscal do país", disse.

Haddad disse ainda que a constituição de um fundo de compensação a estados com aporte da União, que tem o intuito de angariar apoio dos entes à **reforma tributária**, não é um obstáculo. No entanto, ele evitou estimativas.

"Se tivermos que criar um fundo de desenvolvimento regional para garantir a reforma, ele evidentemente se paga, tem tantas inconsistências no nosso sistema", disse.

"Não vou antecipar o valor até porque isso vai ser objeto de negociação, há propostas alternativas a um fundo de desenvolvimento regional que serão discutidas na mesa de negociação", acrescentou.

Na terça (20), o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que o aporte da União no FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional) será menor do que R\$ 50 bilhões ao ano.

Nesta quarta, o ministro voltou a dizer que a pasta estará "mergulhada" nas duas próximas semanas na tarefa de aprovar a tributária na Câmara. O tema será debatido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) em uma reunião na quinta-feira (22) com a presença de governadores e parlamentares.

"Na reunião com os governadores, esperamos que essa questão de uma equalização de fonte, valor, divisão de fundo, se ela for à frente, que seja resolvida, se não, outras alternativas podem aparecer."

Lira chamou o encontro de "approach final" e reafirmou que o plenário da Casa receberá votações sobre projeto que trata da retomada do voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, a volta do arca-

bouço fiscal do Senado, a **reforma tributária** e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) de 3 a 7 de julho, semana classificada por ele como "inédita" e "talvez a mais importante das últimas décadas".

O presidente da Câmara fez um apelo aos parlamentares para que o tema "chegue mastigado" ao plenário para que se possa "dar um tratamento tranquilo" ao tema. Lira ainda defendeu excepcionalidade para alguns setores, como saúde, educação, serviços e agronegócio. Nathalia Garcia

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50315>

Reforma prevê declaração pré-preenchida para empresas

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Marcelo Ribeiro

Após a aprovação da **reforma tributária**, as empresas passarão a receber uma espécie de declaração pré-preenchida dos **tributos** sobre consumo, algo parecido com o que é feito com a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

O que atualmente é uma tarefa cara e complexa, a de apurar o valor dos **impostos**, passará a ser realizada pela **Receita Federal** e pelo Conselho Federativo. Esse conselho, segundo o relatório do grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara, é uma instância de Estados e municípios que será criada para gerir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), resultado da fusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS).

Às empresas bastará emitir notas fiscais eletrônicas e registrar as compras que houver realizado, para apuração dos créditos a que terá direito, informou o secretário extraordinário para **Reforma Tributária**, Bernard Appy, em evento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta quarta-feira (21). A partir daí, elas receberão a declaração pré-preenchida. "É uma mudança absolutamente radical para quem conhece a bagunça que é o sistema tributário atual", disse Appy.

Técnicos das Receitas dos Estados e municípios já trabalham com a **Receita Federal** para estruturar o sistema.

Essa mudança entrará em operação após a elaboração da lei complementar que regulará o novo sistema tributário e da edição dos regulamentos a serem seguidos pela **Receita Federal** e pelas secretarias de Fazenda dos Estados e dos municípios, informou um técnico da área econômica. Em entrevista concedida ao Valor em março, Appy estimou que o IBS começará a ser cobrado em 2025.

Se prevalecer o que está estabelecido nas diretrizes da **reforma tributária** apresentadas no início do mês pelo relator da matéria na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a tributação sobre consumo será feita por dois **tributos**: um federal e outro, de Estados e municípios. Dessa forma, a empresa receberá duas declarações pré-preenchidas.

Havendo discordância, a empresa poderá corrigir os dados e submeter à **Receita Federal** ou ao Conselho Federativo. Caso ainda haja divergência, haverá mecanismos de solução de controvérsia no âmbito administrativo. Será possível ainda recorrer à Justiça. No entanto, a experiência internacional mostra redução de conflitos, informa o técnico.

Hoje, explicou ele, as empresas são obrigadas a lidar com cinco **tributos** de legislação complexa: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), as contribuições PIS e Cofins (cujo regulamento tem 800 artigos), uma legislação para cada Estado do Imposto sobre Circulação e Mercadorias e Serviços (ICMS), e uma legislação para cada município do Imposto sobre Serviços (ISS).

As próprias empresas apuram seus **impostos** e, quando cometem erros, ainda que involuntários, estão sujeitas a punições. A promessa é trocar tudo isso pela tarefa de emitir nota fiscal eletrônica e exigir nota fiscal eletrônica de seus fornecedores.

A simplificação na apuração do tributo refletirá a legislação mais simples, disse o técnico. Ela só será possível porque Estados e municípios estarão compartilhando o mesmo imposto, e não disputarão base tributária, como ocorre hoje.

A promessa de simplicidade no cálculo e recolhimento do novo imposto se contrapõe a uma crítica que tem sido feita à proposta de **reforma tributária**: a de que será necessário fazer duas contabilidades no período de transição entre o sistema atual e o novo.

O desaparecimento gradual do ICMS e do ISS para dar lugar ao IBS levará alguns anos. O período de transição ainda está para ser definido.

No Ministério Fazenda, admite-se que será necessário, de fato, conviver com os dois sistemas por algum tempo. No entanto, o novo não exigirá nada diferente do que as empresas já fazem atualmente.

"É uma mudança radical na bagunça que é o sistema tributário atual" Bernard Appy

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187582?page=1>

§ion=1

Política tributária amarra o país (Artigo)

samuel hanan

O cidadão brasileiro trabalha 153 dias do ano apenas para pagar **tributos**. A carga é pesada. Um trabalhador com remuneração mensal de dois salários-mínimos devolve todo mês aos governos federal, estadual e municipal, na forma de **tributos**, no mínimo R\$ 386,82.

Brasileiros com menor renda se sacrificam muito para adquirir os produtos da cesta básica, encarecidos sobretudo pela carga de **tributos** incidente sobre eles. O imposto sobre a carne é de 29%. Sobre o açúcar, de 30,60%. Do preço do papel higiênico, 32,55% são **impostos**.

Isso acontece porque o Brasil adota um sistema tributário regressivo, no qual cerca de 44% de tudo o que é arrecadado pelos três entes federativos advém dos **impostos** incidentes sobre o consumo.

Esses números são suficientes para demonstrar a urgência de o país realizar a **reforma tributária**. O governo reconhece que essa reforma é fundamental para o Brasil e divulga que ela viabilizará o crescimento da economia em, no mínimo, 12% a mais.

Fortalecer a economia é essencial para o país voltar a crescer. O Brasil, que já foi a 8o economia do mundo, hoje ocupa apenas a 12 a posição nesse ranking. Os quase 53 milhões de brasileiros que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza encontram enormes dificuldades para adquirir os produtos da cesta básica.

A irresponsabilidade na concessão de benefícios fiscais são os maiores contributos para a manutenção e agravamento das desigualdades sociais. Aqueles brasileiros que têm a menor renda são os mais penalizados.

O Brasil precisa se libertar urgentemente dessa camisa de força para retomar o desenvolvimento com melhor distribuição de renda, corrigindo, com isso, antigas e graves distorções que sacrificam a maior parcela da população.

samuel hanan, engenheiro e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002)

Saúde, agricultura e educação devem ter metade da alíquota

A tributação reduzida para os setores de saúde, educação, transporte e agricultura deverá corresponder a 50% da alíquota cheia do novo imposto, a ser criado na proposta de **reforma tributária**. O aceno foi feito anteontem pelo relator da proposta de **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), de acordo com representantes da área de educação, que participaram da reunião.

O percentual ainda está sujeito a debate, segundo os relatos obtidos pelo Estadão.

Ribeiro acenou também que o substitutivo poderá ser apresentado ainda nesta semana, possibilidade ainda não totalmente certa. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), tem cobrado do relator a apresentação do relatório.

Na reunião, segundo relatos, Ribeiro reconheceu que haverá grande movimentação de setores que buscarão se enquadrar na alíquota diferenciada.

Não está, portanto, descartada a inclusão de novos setores nessa previsão, a depender, inclusive, de negociações para aprovação do texto.

ISENÇÕES. A proposta deve manter isentos de tributação determinados bens que atualmente não são tributados. É o caso de medicamentos, como os destinados a tratamento de câncer, e, possivelmente, livros.

Aguinaldo Ribeiro também disse aos participantes da reunião que haverá um período de transição para a implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que vai unificar os **impostos** federais, a chamada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). No entanto, ele deverá ser bem mais curto que a transição do IVA dos Estados e municípios, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Além dos benefícios de ICMS, está em estudo também uma transição para benefícios locais de ISS (Imposto sobre Serviços, dos municípios) até 2032. Seria uma forma de enfrentar as resistências dos prefeitos.

RESISTÊNCIA. Os relatos dos participantes também apontaram que o relator ainda demonstrou grande resistência na concessão de alíquotas reduzidas para

setores que fornecem insumos ou prestam serviços para outras empresas, sob o argumento que haveria a concessão do crédito, sem prejuízo a esses setores.

Em discussão

Redução de 50%

Ideia é reduzir pela metade alíquota do imposto incidente sobre setores de interesse social, que afetam diretamente a maior parte da população

Isenção integral

Medicamentos, como os destinados a tratamento de câncer, continuariam isentos de **tributos**; medida pode ser estendida a livros

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator indica fundo de R\$ 50 bi em acordo com Fazenda, diz governador

**MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA | COLABOROU
AMANDA PUPO/BRASÍLIA**

O relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), sinalizou a governadores que o Ministério da Fazenda aceita oferecer R\$ 50 bilhões para financiar o Fundo de Desenvolvimento Regional, cuja criação está prevista no projeto em discussão no Congresso. Ribeiro esteve em Vitória (ES) na segunda-feira passada, onde se reuniu com o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), e com o coordenador do grupo de trabalho da reforma na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

"Eles disseram aqui que já têm concordância do ministro da Fazenda (Fernando Haddad) de R\$ 50 bilhões. E a receita vindo da União", disse Casagrande, ao Estadão. O FDR será criado para compensar Estados e municípios pelo fim da chamada guerra fiscal, ou seja, o fim de incentivos tributários regionais a empresas.

"Os Estados querem mais um pouco, acho que vai entrar num processo de negociação.

Tem governador que falou em R\$ 100 bilhões, mas acho que um valor entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões, até porque vai ser um valor que vai dividir para todos os Estados. Então, é bom que a gente discuta com clareza o valor desse Fundo de Desenvolvimento Regional", acrescentou.

Apesar da indicação, a equipe econômica não confirma esses números. Em evento na terça-feira, o secretário extraordinário de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que a União está disposta a aportar recursos no fundo, mas disse ser necessário esclarecer que os montantes citados não foram ainda definidos.

"De fato, a União está disposta a aportar para financiar o Fundo de Desenvolvimento Regional. Mas queria deixar claro que em momento algum chegamos a valores de R\$ 50 bilhões ou R\$ 60 bilhões, não foi apreciado esse montante. Mas, sim, a União está disposta a aportar para viabilizar a **reforma tributária**", disse ele.

Os governadores alegam que vão perder arrecadação

com a **reforma tributária**. Por isso, têm feito pressão para que o fundo seja financiado pelo governo federal. Na semana passada, governadores do Centro-Oeste do País apresentaram pedidos a Ribeiro, entre eles, medidas que preservem empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos com uma diferenciação de tributação.

PROPOSTA. Casagrande também apresentou uma lista com sete propostas para a reforma.

O Espírito Santo calcula que está entre os três Estados que mais deverão perder receita com a alteração da tributação no destino do consumo prevista na reforma, uma redução de 23%, ou R\$ 3,5 bilhões por ano.

Por isso, fez sugestões para se prevenir de perdas.

A reforma prevê mudança no modelo de cobrança da origem (onde o produto ou serviço é produzido), como é hoje, para o de destino (onde é consumido).

Uma das propostas é fazer com que o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai substituir PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, só entre em vigor em 2033, quando serão extintos os benefícios tributários concedidos até o momento. Ou a criação de um fundo de compensação exclusivo para bancar os prejuízos das empresas que perderem seus benefícios até lá.

O problema da medida é atrasar a vigência da reforma, o que é visto com desconfiança por técnicos que militam no tema, receosos de que o próximo passo possa ser esticar a vigência dos benefícios de 2032 para mais tempo. A partir de 2029, pela lei complementar 160/2017, os benefícios começam a decair 20% ao ano até serem zerados em 2033.

O Espírito Santo também sugere manter cinco alíquotas do IBS, a fim de permitir que os Estados mantenham a autonomia para oferecer condições mais vantajosas de tributação a empresas que se instalem em seus territórios.

"Eles disseram aqui que já têm concordância do ministro da Fazenda de R\$ 50 bilhões. E a receita vindo da União" Renato Casagrande Governador do Espírito Santo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estudos põem em dúvida incentivos fiscais dados pelos Estados

Marcelo Osakabe

Um dos maiores focos de tensão na negociação da **reforma tributária**, os incentivos fiscais concedidos por Estados para atrair investimentos têm parca cultura de avaliação no Brasil. Há poucos levantamentos feitos em relação à eficácia desses benefícios, que consomem volumes consideráveis das receitas dos entes subnacionais. Alguns são realizados para consumo interno dos governos e órgãos de controle do Judiciário e não chegam a ser divulgados ao público. Os que chegam a ver a luz do dia, no entanto, mostram resultados negativos ou inconclusivos em relação aos objetivos desses programas.

Assim que o relatório do grupo de trabalho sobre a **reforma tributária** da Câmara foi revelado, na semana passada, deputados passaram a articular pela extensão dos benefícios tributários por três anos, para além da data-limite fixada por lei aprovada em 2021 pelo Congresso, que permitiu a renovação até 2032. Na semana passada, governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul defenderam a inclusão, na proposta de reforma, da permissão um crédito presumido de 5% para indústrias instaladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, como forma de elevar a competitividade na comparação com regiões mais desenvolvidas do Sul e Sudeste.

A pressão ocorre porque, ao instituir um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual cobrado no destino, a **reforma tributária** fecha a porteira para prefeitos e governadores usarem desses instrumentos não apenas para atrair, mas também manter empresas em seus territórios, prática que ficou conhecida como guerra fiscal. No novo modelo, essa atração poderá ser feita com recursos advindos do Fundo de Desenvolvimento Regional, outro tema espinhoso na negociação da reforma.

Dada a falta de padronização sobre as metodologias de mensuração da renúncia, atualização das formas de cálculo e, em alguns casos, mesmo a pouca disposição de algumas secretarias de Fazenda de abrirem seus números sobre incentivos, o volume total de benefícios concedidos pelos entes subnacionais é desconhecido, e mesmo a comparação entre anos pode ser prejudicada.

A Associação Nacional de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) estima que, apenas para o ICMS, a renúncia em 2023 deve chegar a R\$228 bilhões, ou 31% da projeção de arrecadação com o tributo este ano. Entram nesta conta, no entanto, benefícios não ligados à guerra fiscal, mas a convênios firmados no Confaz, como a desoneração de cesta básica, insumos agropecuários e máquinas e implementos agrícolas.

"O valor é significativamente maior do que o verificado no passado recente, mas há mudanças metodológicas significativas na apuração desses valores, como fica evidente no caso de grandes Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná", afirma a Febrafite em seu estudo. Em 2019, último ano antes da pandemia, a entidade calculou em R\$ 93 bilhões o montante de renúncias, ou 18% do ICMS arrecadado.

Segundo Thais Waideman, professora de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisadora na área de incentivos fiscais, boa parte dos Estados tem incentivos que remontam à década de 1990 ou até 1970. "Só que não sabemos se eles funcionam, porque são muito raros os estudos. E isso acontece porque os dados sobre quanto cada empresa recebeu não é público, mas está em poder das secretarias de Fazenda. E elas têm muita resistência em fornecer para nós, pesquisadores", diz.

Waideman tem estudos publicados sobre políticas federais de incentivo, como a Zona Franca de Manaus e o Inovar Auto. Segundo ela, enquanto na esfera federal, a cultura de transparência é maior, a situação nos estados varia bastante. "Alguns Estados estão muito sistematizados, conhecem seus programas, sabem quais empresas recebem e quanto recebem. Outros não têm nem mesmo um início de sistematização. Não é que não queiram compartilhar, eles não possuem essa informação."

Em 2020, o Conselho de Secretários de Fazenda dos Estados (Consefaz) ofereceu produzir um estudo de avaliação dos incentivos para seus membros. Das 27 unidades federativas, apenas cinco participaram: Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Piauí, Roraima e Distrito Federal. Os resultados devem sair em breve, mas apenas parte deles será divulgada.

Um dos Estados mais ativos na implementação de renúncias, juntamente com o Amazonas, Goiás foi um dos poucos a realizar e divulgar um estudo sobre avaliação de seus programas, o Fomentar, voltado para a indústria, e o Crédito Outorgado, direcionado ao comércio e serviços.

"Pelo montante de renúncias concedidas desde 2012, Goiás poderia ser considerado a Coreia do Sul brasileira", diz Anderson Teixeira, ex-gerente de Estudos Macroeconômico do Instituto Mauro Borges (IMB) e responsável por um estudo sobre os incentivos praticados no Estado, publicado em 2020. "O que se viu, no entanto, foi que Goiás não se aproximou de São Paulo e outros Estados da fronteira nacional."

Entre os achados do levantamento, Teixeira destaca o fato de que, em mais de 50% dos setores contemplados pelos benefícios dos dois programas, o custo por emprego foi maior que o nacional no período avaliado, entre 2012 e 2017. Neste último ano, cada emprego custou, em termos de renúncia, R\$ 95 mil, contra R\$ 56 mil da média nacional. Quando se olha para as dez maiores empresas beneficiadas, o custo médio em termos de renúncia chegou a R\$980 mil em 2016.

"Eu entendo o receio dos governadores. No nosso Estado, a **reforma tributária** pode atingir setores que geram mais de 80% das vagas. Só que é preciso também avaliar qual o custo de se manter esses empregos. O que vemos é que esses programas muitas vezes não são sustentáveis, no sentido de gerar uma elevada má alocação dos incentivos", diz Teixeira, hoje professor de economia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Segundo ele, o estudo foi usado como subsídio pelo governo estadual para o redesenho dos programas. Apesar disso, não houve mudança significativa no valor da renúncia. Em suas contas, o Estado concedeu R\$ 12,4 bilhões em 2021, quase dois terços a mais que em 2017 (R\$7,4bilhões).

Em relação apenas ao benefício para a indústria, foi possível inferir também que o programa teve impacto pequeno, abaixo de 1%, sobre a massa salarial nos municípios participantes, na comparação com os que não participaram. Os resultados sobre o emprego não foram estatisticamente significativos. Já o valor bruto adicionado do setor industrial teve queda de 0,5% nas cidades participantes, na comparação com municípios que ficaram de fora do programa.

"É um resultado contraintuitivo. Quando se dá um benefício desse, você espera que as empresa invistam em máquinas, melhorem a produtividade", diz, ponderando que estudos que olhassem para recortes setoriais poderiam refinar essa análise.

Outro estudo recente foi publicado em 2020 pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Embora considerem seus próprios resultados inconclusivos, os pesquisadores sugerem que as renúncias raramente "se pagaram", ou seja, não geraram crescimento que garanta arrecadação próxima ao seu custo. Em geral, os segmentos que tiveram melhor desempenho também foram beneficiados por questões externas, como políticas em nível nacional no caso de biocombustíveis, carne e laticínios.

"Pelo conjunto de evidências reunidas, é possível dizer que os incentivos fiscais parecem ter sido determinantes para o desenvolvimento de alguns setores, mas, no geral, não é possível atestar que produzam impacto positivo e estatisticamente significativo sobre o faturamento, a receita potencial e o emprego dos grupos de empresas beneficiadas", diz o documento, que tem, entre seus autores, o pesquisador Sérgio Gobetti.

Para Gobetti, economista do Ipea atualmente cedido para a Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, com o fim da guerra fiscal é possível que os mecanismos de atração de empresas pelos Estados voltem a ser mais parecidos com os existentes até a década de 1990, como juros subsidiados ou devolução de **impostos** sob forma de empréstimos a perder de vista.

"A tendência é que Estados menos desenvolvidos sejam os mais beneficiados com a mudança da **reforma tributária**, que passa a cobrar o tributo no destino. Eles precisarão se perguntar se o mais interessante é passar esse dinheiro e também os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional para as empresas ou usar esses recursos para investir em mão de obra, infraestrutura", diz. "O interessante é que o leque se amplia: hoje, o incentivo está só com as empresas. Além disso, os mecanismos se tornam mais transparentes, porque tudo é feito via orçamentária."

"Pelos renúncias concedidas desde 2012, Goiás poderia ser considerado a Coreia do Sul brasileira"
Anderson Teixeira

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187582?page=1§ion=1>

E quando o PIB sobe? (Artigo)

Joaquim Levy é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra. Foi ministro da Fazenda e diretor gerente do Banco Mundial

O crescimento do **PIB** brasileiro no primeiro trimestre de 2023 tem sido saudado como testemunho de um campo cada vez mais industrioso e de condições externas há alguns anos favoráveis.

Também tem sido celebrada a ajuda da oferta de alimentos à queda da **inflação**. Corre mais um mês com **inflação** anual próxima a 4%, à qual se juntaria a **inflação** mensal negativa graças aos descontos nos automóveis bancados pelo governo. Nesse ambiente, o presidente do Banco Central aventou que a **inflação** poderia fechar 2023 em 4,5%.

A mudança na **inflação** já se traduz na curva de juros de mercado.

Essa curva sugere a Selic caindo na segunda metade de 2023 e em 2024. Nem todo economista está confortável com essa visão do mercado. Alguns sublinham que o recente comportamento dos preços pode ser temporário, e que mesmo a perspectiva da **inflação** em 2024 abaixo de 3,5% seria um sinal precário. A Selic só cairia com segurança quando a pesquisa Focus captasse a **inflação** em 2025 em 3% e já houvesse resultados fiscais robustos.

Sem julgar o acerto da cautela de cada um ou a correlação entre **inflação** corrente e 12 meses à frente no Focus, vale a pena alinhar os cenários de atividade em 2024 que podem surgir, caso a trajetória de juros sugerida pela atual curva se realize, com a Selic abaixo de 12% ao final de 2023, e perto de 9% em 2024.

A queda da Selic promoveria a expansão do crédito, após sua contração pelo uso dos instrumentos clássicos no enfrentamento da **inflação** nos últimos dois anos. Essa expansão pode se iniciar com o crédito consignado, estendendo-se para outras modalidades, ajudando a recuperar a demanda doméstica, que em 2023 deverá crescer parcos 0,5-0,7%. Nós da área de macroeconomia do Banco Safra calculamos que a recuperação da demanda doméstica em um ambiente de **inflação** baixa, associada a um pequeno avanço das exportações, permitiria o **PIB** crescer em 2024 à taxa 2,5% a.a., suficiente para ancorar o arcabouço fiscal. A aceleração da demanda doméstica também favorece a arrecadação de **tributos**, já que afeta setores que pagam mais

impostos do que o exportador de commodities. A consolidação fiscal, por seu lado, facilitaria a convergência dos juros para a taxa neutra presumida em 4% reais.

O crédito consignado tem baixo risco de inadimplência, respondendo rápido à diferença entre a curva de juros de mercado e o teto de empréstimos como os garantidos por aposentadorias.

Quando a taxa de juros de mercado no horizonte do empréstimo passa abaixo desse teto, há um "destravamento" da concessão de créditos. Os técnicos nesse mercado estimam que com a Selic próxima a 10%, boa parte do estoque desse crédito poderá ser refinanciado, liberando recursos para o tomador.

Esse "troco" pode chegar a R\$ 60 bilhões no ano que vem, cerca de 10% do estoque dessa modalidade, o que daria uma folga ao orçamento familiar.

Segundo meu colega Eduardo Yuki, os modelos do time macro do Banco Safra indicam que esse cenário pode levar o consumo a crescer pouco mais de 2,5% no ano que vem, supondo manutenção do nível de emprego e crescimento moderado dos salários e transferências às famílias. Bastaria combinar a expansão nominal do crédito às famílias em 7%, começando com os consignados, e a estabilização do comprometimento da renda das famílias com o serviço das suas dívidas na esteira da queda dos juros.

Os modelos macro também apontam a correlação positiva entre a confiança do empresário e a queda da taxa de juros, talvez por ela ajudar as empresas a venderem mais e terem custos menores com suas dívidas. Os modelos identificam ainda que a flutuação na confiança é geralmente acompanhada por variação no ritmo do investimento privado.

A recuperação de indicadores como a cobertura das dívidas proporcionada pelas receitas ou lucro, que segundo os especialistas de crédito se deterioraram bastante para a pequena e média empresa, poderá permitir que a formação bruta de capital cresça acima de 3% no ano que vem, em contraste com a contração que se desenha em 2023. Esse cenário pode ser empanado por maior queda dos depósitos na caderneta de poupança, que já contribui para a retração nos lançamentos de imóveis e afeta o volume de obras no ano que vem. Mas esse risco talvez possa ser contornado com ajustes prudenciais e a entrada

líquida de recursos na poupança com a redução do diferencial de rendimento com a Selic.

A projeção de ampliação das exportações em 2,5%, versus 7,2% em 2023, completa o cenário.

Supõe-se expansão suave no setor agrícola, alguma incerteza no minério de ferro e aderência aos anúncios de aumento da produção de petróleo entre 6% e 10% em 2024.

O cenário do **PIB** crescer 2,5% com **inflação** baixa em 2024 é compatível com a incipiente valorização dos ativos brasileiros, mas não é imune a riscos. O superaquecimento da demanda se o fiscal derrapar ou o para-fiscal encorpar, ou um choque negativo na produção agrícola na Ásia ou aqui por conta do fenômeno do El Nino, seria ruim para a balança comercial, **inflação** e mercados de capital. Mais importante, talvez, o fôlego do crédito pode ser curto e vale sobretudo para dar tempo para se preparar um ciclo de investimentos sustentáveis.

A aprovação da **reforma tributária** será fundamental para dar clareza aos investidores e aumentar a produtividade da economia.

Sem ela, as ambições de nearshoring podem virar quase- choro. A formação de expectativas também pede uma estratégia clara voltada a levar a economia para as emissões zero de carbono.

Decisões sobre abertura comercial, geração elétrica offshore e precificação da modulação da oferta pelas hidrelétricas, saúde das distribuidoras de eletricidade, eletrificação dos veículos com auxílio dos biocombustíveis, reforço do serviço de pesquisa geológica (CPRM) e desenho de critérios ambientais e de condições de trabalho para a expandir a lavra e processamento de minérios "do futuro" ganhariam, nesse cenário, proeminência para atrair o investimento privado e estender o ciclo de crescimento para 2025-27.

Cenário do **PIB** crescer 2,5% com **inflação** baixa em 2024 é compatível com a incipiente valorização dos ativos

Joaquim Levy é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra. Foi ministro da Fazenda e diretor gerente do Banco Mundial

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187582?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187582?page=1§ion=1)**

'Reforma tributária tem que ser agora', defende Alckmin

O presidente da República em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, avaliou ontem que a janela de oportunidade para aprovação da **reforma tributária** é agora, e que o texto, a ser discutido na forma de uma emenda constitucional, tem que ser discutido e aprovado ainda este ano.

"Acho que o presidente [da Câmara dos Deputados] Arthur Lira colocou bem, o debate está maduro e tem que ser agora, não pode perder o primeiro ano [de mandato]. Reforma constitucional, PEC, tem que ser no primeiro ano. Se perder o primeiro ano, você começa a ter dificuldade", afirmou ele durante evento sobre **reforma tributária** e indústria, ocorrido em Brasília. Alckmin está no exercício da Presidência da República esta semana, durante viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Europa.

Segundo Alckmin, uma **reforma tributária** que simplifique drasticamente o recolhimento de **impostos** vai reduzir disputas judiciais e dar competitividade aos produtos industrializados do país. O presidente em exercício também defendeu medidas de desburocratização dos negócios e da ampliação de acordos.

Se a gente pegar a União Europeia, a discussão jurídica tributária é 0,27% do **PIB** [Produto Interno Bruno]. No Brasil, é quase 20%

Geraldo Alckmin Presidente da República em exercício

Site:

[http://flip.jornalcorreiodamanha.com.br/books/dwmq/#p=](http://flip.jornalcorreiodamanha.com.br/books/dwmq/#p=1)

1

Modernização do sistema é desejo antigo

A modernização do sistema tributário brasileiro é um desejo antigo da sociedade. Atualmente, 33% das riquezas produzidas no Brasil são destinadas ao pagamento de **impostos**. Além de pesada, a carga tributária brasileira é complexa, comprometendo inclusive, a competitividade das empresas.

O presidente da ACMinas, José Anchieta da Silva, é um defensor da **reforma tributária** no País. Porém, alerta que o projeto não está sendo discutido com os interessados. Ele pontua que a comissão está visitando as associações e os setores, mas ninguém teve acesso ao projeto final. E ressalta que 15 dias, como está previsto para apreciação, não é tempo hábil para uma discussão deste porte.

"O projeto será levado à votação sem que a gente tenha conhecimento dele. Quinze dias não são suficientes para avaliar uma questão desse porte. **Reforma tributária** é quase refazer a Constituição. Queremos conhecer o projeto. Pois, conhecendo o texto, saberemos o que fazer com ele", protestou.

Para o professor Paulo Machado, como ainda não há texto final, as propostas apresentadas geram insegurança. "Não sabemos o que virá de fato. Então, é normal os setores se sentirem inseguros. A reforma é complexa. O Brasil possui 5.500 municípios e cada um com legislação diferente. Os estados também possuem suas próprias leis. Unificar todas essas leis é necessário, porém complexo", avalia.

Ele explica que a unificação em uma única lei reduziria, inclusive, custos administrativos, mas sabemos que a mudança não é simples. "Nós temos um ICMS que é muito parecido com o IVA. Porém, houve alterações após a implementação que limitaram os créditos, colocaram barreiras. Então, não adianta promover a mudança e depois voltar atrás", avalia.

IVA - De acordo com o professor de Direito Tributário da Faculdade Milton Campos, Frederico Menezes Breyner, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) foi concebido como uma forma de tributação para evitar a cobrança em cascata de **tributos** sobre as diversas etapas do ciclo econômico de produção e circulação de bens e serviços.

Ele explica que, por tributação em cascata se entende o fato de que o tributo devido em uma etapa é incluído no preço, e a realização de uma nova etapa com o mesmo produto terá um preço já impactado pela tributação, que sofrerá assim nova tributação, fazendo

com que os **tributos** se acumulem, repercutindo sobre o consumidor final.

"A ideia de um imposto sobre valor agregado é que em cada etapa se tribute apenas aquilo que foi agregado em termos de valor ao bem ou serviço. Isso demanda que exista algum mecanismo que elimine o ônus do tributo devido nas demais etapas e que possam influenciar o preço do produto ou serviço, o que se chama de não-cumulatividade", explicou. (JS)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Lira encontra governadores para decidir pontos 'sensíveis' da reforma tributária

Brasília

Hellen Leite, do R7, em Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), se reúne com governadores e com secretários de Fazenda nesta quinta-feira (22) para debater pontos sensíveis da **reforma tributária** antes da apresentação da proposta final do texto. Com isso, Lira espera receber apoio dos estados e formar um acordo em torno do assunto. A reunião ocorre na residência oficial da Câmara, em Brasília, às 10h.

"O objetivo da reunião, com convite foi feito aos 27 governadores, é que existem ainda acomodações e possibilidades de mudanças no texto. Esperamos que essa questão de divisão de fundos seja resolvida. Se não, outras alternativas podem aparecer. Temos um Brasil que temos que respeitar as diferenças estrutural e regional, e todos têm que ser contemplados", disse o presidente da Câmara.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O modelo em debate prevê a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dividido entre um nacional, que vai substituir o PIS e a Confins, e outro regional, no lugar do imposto estadual, ICMS, e do municipal, ISS. Além disso, o sistema terá praticamente uma legislação única, ao contrário do que ocorre atualmente. Somente o ISS tem 5.568 leis municipais.

"Esse assunto não será votado ou aprovado por falta de debate. Tivemos a PEC 45[2019], apresentada na Câmara, que cumpriu todos os ritos constitucionais, passou por mais de 40 sessões de debates em comissão especial, também tivemos a PEC 110[2019], no Senado, que também cumpriu o mesmo rito", completou.

Uma das principais resistências dos governadores está relacionada à criação do Fundo de Desenvolvimento Regional. O mecanismo funcionaria como uma reserva financeira para a compensação do fim da guerra fiscal, que permitia aos estados reduzir

alíquotas de ICMS para atrair investimentos. Na prática, caso uma unidade da Federação tenha perdas na receita nos primeiros anos após a implantação da **reforma tributária**, a União arcará com os prejuízos.

A criação do fundo está prevista nas duas propostas de emenda à Constituição (PECs) em tramitação no Congresso. Na PEC 110/2019, do Senado, há a previsão de o fundo ser financiado por um percentual de até 5% do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Na PEC 45/2019, não há detalhamento do percentual, somente a previsão de instituição do fundo.

Para o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), a distribuição do novo fundo deve ficar clara, sem que seja necessária a edição de uma lei complementar. "Esse modelo de reforma que iguala todo mundo pode causar uma desindustrialização", alertou.

Os estados do Norte e do Nordeste também defendem a criação do fundo de combate às disparidades regionais. "É crucial a aprovação de um fundo específico associado a uma efetiva política de suporte aos estados do Norte e do Nordeste, a fim de que, na nova realidade tributária, eles possam se manter competitivos e seguir crescendo e se desenvolvendo junto com o restante do país", afirmou o secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitorio.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/lira-encontra-governadores-para-decidir-pontos-sensiveis-da-reforma-tributaria-22062023>

Modificado, arcabouço é aprovado com folga

Edla Lula

O governo conseguiu aprovar com folga, no Senado, o projeto de lei complementar do novo marco fiscal. Foram 57 votos a favor e 17 contrários. Como o relator da matéria, senador Omar Aziz (PSD- AM), alterou pontos do texto votado na Câmara, a proposta voltará para nova apreciação pelos deputados.

O Projeto de Lei Complementar (PLP 93/2023) atende à exigência da chamada PEC da Transição, que determinou a criação de um novo regime de controle de gastos públicos. O texto aprovado determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve estabelecer a meta de resultado primário para o exercício financeiro de referência e trazer projeção para os três anos subsequentes.

Para 2023, a meta de resultado primário proposta é de -0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), passando a 0% em 2024, 0,5% em 2025 e 1% em 2026, com intervalo de tolerância de 0,25 pontos percentuais para mais ou para menos.

O crescimento anual das despesas da União fica com o piso de 0,6% do **PIB** e teto de 2,5% do **PIB**.

O PLP 93/2023 recebeu 101 emendas, quase todas rejeitadas.

Aziz retirou do limite de gastos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Na última hora, o relator acatou emenda do senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso, que pode evitar o corte de até R\$ 40 bilhões no Orçamento de 2024. O governo contava com uma mudança no artigo que trata do indicador usado no cálculo do aumento de despesas. O substitutivo da Câmara definiu a correção pelo IPCA dos 12 meses terminados em junho do ano de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e não a estimativa de **inflação** de janeiro a dezembro, como previa o texto original do governo. Sabendo que qualquer alteração seria rejeitada quando a matéria voltasse para a Câmara, Aziz optou

por não fazer alterações.

A proposta de Randolfe não modifica a redação, mas traz uma alternativa para evitar o corte no orçamento dos ministérios. "Trata-se de uma simples emenda de ajuste. O cálculo do IPCA que foi feito na Câmara levou em consideração o mês de agosto, que registrou uma deflação artificial, em decorrência da redução arbitrária de **tributos** sobre o preço de combustíveis e isso criará a necessidade de um corte de R\$ R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões no Orçamento do ano que vem", argumentou Randolfe. "Nós não mexemos no cálculo e na fórmula que foi estabelecida na Câmara. O objetivo é simplesmente evitar esse corte, permitindo que o montante dessa despesa seja incluído na PLOA do ano que vem como despesa condicionada." Com a aprovação desse dispositivo, o governo poderá encaminhar ao Congresso, em janeiro de 2024, um projeto de lei de crédito adicional para ampliação do limite de gastos, com base na **inflação** realizada até dezembro. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, que torcia pela aprovação dessa emenda, acompanhou a votação no plenário.

Como a semana que vem será esvaziada, por causa dos festejos juninos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), programou a votação na Casa para o início de julho.

» Leia mais sobre o Fundo Constitucional do DF na página 13

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/22/all.pdf>

Senado delibera sobre o Fundeb no Arcabouço

O novo texto do Arcabouço Fiscal deixa de fora as despesas referentes à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). E também não ficam incluídas no Arcabouço as transferências constitucionais da União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF); e ainda as despesas com ciência, tecnologia e inovação.

O parecer do relator Omar Aziz (AM) foi aprovado ontem, por 20 votos a 6, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Mas o texto ainda depende de análise do Plenário, onde precisa do apoio de, no mínimo, 41 senadores. E se obtiver aval, o projeto retornará para nova votação na Câmara dos Deputados, que definirá a versão final a ser levada à sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) assinalou ontem, em nota, que a retirada do Fundeb do Arcabouço Fiscal é uma vitória. "O Senado, na condição de Casa revisora do Parlamento, tinha o dever de reparar essa injustiça, que poderia ter múltiplas consequências para a Educação e para os seus profissionais, bem como para o conjunto das políticas públicas que não contam com vinculação de **impostos**", considerou.

A Confederação - que agrega, atualmente, 54 entidades filiadas; e que soma mais de 1 milhão de associados no país - argumenta que, mesmo com a garantia da complementação federal ao Fundeb no novo regime fiscal, "a inclusão dessa rubrica no teto de gastos comprometeria as demais despesas e investimentos sociais".

MOBILIZAÇÃO

A CNTE reitera que "manterá a mobilização dos trabalhadores em educação do país, para defender a manutenção do recente texto que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, até a sanção presidencial".

n Diversos movimentos ligados à defesa da Educação no país - entre os quais de estudantes, sindicais e parlamentares - promovem atos, presenciais e nas redes sociais, pela exclusão dos recursos da

Educação Básica dos limites do novo Arcabouço Fiscal.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Governo evita corte de R\$ 40 bi em 2024, mas dá controle ao Congresso

Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu, de última hora, evitar um corte de até R\$ 40 bilhões em despesas de custeio e investimento no envio do Orçamento de 2024, mas a chave para destravar esses gastos ficará nas mãos do Congresso.

O relator do arcabouço fiscal, senador Omar Aziz (PSD--AM), aceitou uma emenda do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que autoriza o Ministério do Planejamento e Orçamento a incluir na peça orçamentária despesas condicionadas à aprovação de um crédito suplementar no ano que vem.

O valor desse crédito busca incorporar ao limite de despesas o efeito da **inflação** maior esperada até o fim do ano. Apesar da **mudança** feita no Senado, não há garantia de acordo na Câmara para manter esse trecho.

Como mostrou a Folha, uma ala do governo, liderada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, teme que a **inflação** adotada pelo Congresso para atualizar o limite de despesas restrinja os planos para o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e dê ao Legislativo um poder de barganha bilionário nas negociações para destravar os investimentos.

O alerta, porém, teve pouco respaldo no Ministério da Fazenda, que adotou postura mais cautelosa e preferiu evitar um embate com a Câmara dos Deputados, que foi a responsável pela mudança na fórmula. O Palácio do Planalto inicialmente também ficou de fora das negociações, mas acabou entrando no circuito ao longo desta quarta-feira (21).

O próprio relator fez questão de ressaltar que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) "não apresentou nenhum senão" em relação a esse ponto do texto.

A solução negociada com os senadores afasta a necessidade imediata de cortes no PAC, mas mantém o poder de barganha do Legislativo.

A ministra Simone Tebet (Planejamento) foi ao plenário do Senado acompanhada de secretários da pasta para articular uma saída para o problema. Ela já havia dito publicamente que o desenho aprovado

pelos deputados exigiria um corte de R\$ 32 bilhões a R\$ 40 bilhões em despesas de custeio e investimentos no envio do Orçamento de 2024, em 31 de agosto.

Inicialmente, a pasta ficou isolada nos alertas sobre o problema. Ao longo desta quarta-feira, o Planejamento conseguiu engajar outros ministros na defesa de uma alternativa, sob o argumento de que diversas áreas sofreriam com os cortes na proposta orçamentária. O ministro Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) também foi ao plenário para fazer coro aos apelos do governo.

A avaliação é que a solução encontrada minimiza os pré-juízos para o governo ao dar mais previsibilidade na formulação do Orçamento, mas ainda deixa o governo sujeito ao uso do crédito como instrumento de barganha pelo Legislativo.

O texto do arcabouço fiscal permite a recomposição dos valores durante a execução do Orçamento, por meio da abertura de novos créditos, mas isso só pode ser feito por meio de um PLN (projeto de lei do Congresso Nacional) com aval dos parlamentares para ser aprovado. Mesmo com as despesas condicionadas, a palavra final será dos congressistas.

Sem o crédito aprovado, diversos projetos de investimento e gastos de custeio ficarão comprometidos. Tamanho poder tem potencial para "deixar o Executivo de joelhos", nas palavras de um membro do governo. Técnicos comparam a situação ao período em que o Executivo descumpriu a chamada regra de ouro do Orçamento e precisou de uma autorização especial do Congresso para bancar despesas correntes, como salários e benefícios sociais, com recursos obtidos via emissão de novos títulos da dívida pública.

Os créditos da regra de ouro, negociados ano a ano, chegaram a superar os R\$ 200 bilhões e demandaram uma delicada operação de articulação, com reflexos sobre outras pautas de interesse do então governo Jair Bolsonaro (PL).

Com o PLN na mão dos parlamentares, além de empoderar o Congresso, o governo abre brechas para uma gestão mais difusa dos gastos, uma vez que os parlamentares podem realocar as despesas conforme suas preferências. Na prática, eles poderiam

escolher contemplar seus redutos eleitorais em vez de acatar as decisões do governo.

No Congresso, há quem avalie que a Câmara pode derrubar a mudança justamente porque quer maior autonomia para mexer na destinação desses créditos.

Ao anunciar sua decisão de acatar a emenda, Omar Aziz alertou que o crédito ficará "vinculado ao que eles propuserem", em referência ao Executivo. "Não é à toa que isso não está contemplado na proposta da Câmara", afirmou.

Apesar do risco político, o governo respirou aliviado diante da percepção de que conseguiu afastar a potencial ameaça aos projetos do novo PAC, elaborado para ser uma das vitrines de Lula.

O risco era lançar o programa este ano e, já em 2024, ser obrigado a reduzir as despesas orçadas diante do menor espaço disponível no arcabouço fiscal. O tema é visto por alguns membros como uma armadilha política para o governo. Segundo interlocutores, a Casa Civil e o próprio presidente foram alertados do problema.

Embora o arcabouço introduza um piso para os investimentos, alguns ministérios já vinham sendo obrigados a revisar sua lista de projetos para o novo PAC diante do espaço menor no projeto aprovado pela Câmara -em uma amostra do risco potencial para essa política.

O impasse se formou por causa de uma mudança na fórmula de correção do arcabouço. A equipe de Haddad propôs, no texto original, atualizar o limite de gastos pela **inflação** de janeiro a junho do ano anterior, mais a variação estimada entre julho a dezembro do mesmo ano. Essa regra balizou os parâmetros do PL-DO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, enviado em abril.

Durante a votação na Câmara, os deputados preferiram tirar o componente de projeção para evitar que uma **inflação** superestimada fosse usada para turbinar os gastos do governo. A correção passou a ser feita pelo índice acumulado em 12 meses até junho do ano anterior.

Como a **inflação** acumulada até metade do ano será menor do que a variação observada até o fim de 2023, a mudança representa uma necessidade de aperto no limite de gastos para a proposta de Orçamento de 2024. A eventual diferença positiva observada até o fim do ano pode ser incorporada posteriormente por meio dos novos créditos.

Nos bastidores, a avaliação é que a Câmara não

pretende abrir mão do poder de autorizar ou não a abertura dos créditos extras, o que garante poder de negociação aos parlamentares -algo valioso num momento em que a Casa tenta demonstrar força perante o governo.

Em conversas com aliados, o presidente da Câmara. Arthur Lira (PP-AL), tem dito que a versão aprovada pelos deputados é melhor para o governo. No formato original, que atualizava o arcabouço pela **inflação** estimada até dezembro, o Executivo precisaria contingenciar recursos caso suas estimativas -e consequentemente a expansão do limite de gastos- se provassem otimistas demais.

No desenho aprovado pela Câmara, se a **inflação** acelerar até o fim do ano, o governo poderia incrementar os recursos em vez de cortar, afirmam os defensores do modelo.

Senado adia para 4 de julho sabatina de Gabriel Galípolo para Banco Central

O Senado adiou para 4 de julho a sabatina do ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda Gabriel Galípolo para a diretoria de Política Monetária do BC (Banco Central).

A sabatina na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado estava prevista para a próxima terça-feira, 27 de junho, mas foi adiada por causa das festas juninas-que mobilizam parlamentares da região Nordeste.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50315>

Venda de carros populares consumiu 80% da verba

RENAN MONTEIRO

Uma semana depois da implementação do programa do governo para baratear carros populares, os modelos de entrada das linhas das montadoras, chegou a R\$ 400 milhões o volume de crédito autorizado pelo governo para cortar impostos dos veículos vendidos em concessionárias.

A parcela do orçamento do programa para automóveis é de R\$ 500 milhões.

Os números foram atualizados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Com mais pedidos das montadoras, o montante comprometido até agora já representa 80% do total de recursos destinados a esta modalidade do programa.

Os recursos previstos para cortes de impostos para as montadoras precisam ser convertidos em descontos aos consumidores na hora da venda nas concessionárias de 268 versões de diferentes modelos de carros habilitados.

FIAT LIDERA LISTA

Os cortes nas tabelas vão de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil para automóveis de no máximo R\$ 120 mil. Porém, segundo o Mdic, muitas empresas estão aplicando descontos ainda maiores "por conta própria".

Ou seja, a depender da montadora, o desconto final ao consumidor pode passar de R\$ 8 mil. É o caso de Volkswagen e Fiat, sendo esta última a que consumiu a maior parte dos créditos até agora: R\$ 190 milhões. É mais que o triplo da Volks, a segunda montadora mais beneficiada pelo programa.

O governo decidiu prorrogar por mais 15 dias o prazo para que apenas pessoas físicas adquiram carros leves com os descontos. Empresas e locadoras terão de esperar mais.

No total, o programa do governo reservou R\$ 1,5 bilhão para incentivos tributários à venda de veículos. Do total, R\$ 500 milhões são para carros; R\$ 700 milhões são para caminhões (14,3% já foram solicitados até o momento); e R\$ 300 milhões para vans e ônibus (46,8% já consumidos).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsa e real fecham nos maiores níveis em mais de um ano

Matheus Prado, Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira e Augusto Decker De São Paulo

Enquanto o mercado aguardava a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), que só saiu após o encerramento dos negócios, os ativos locais foram impulsionados ontem pela continuidade do bom desempenho das ações de estatais e pelos sinais do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos). Tanto o Ibovespa quanto o real alcançaram os maiores patamares em mais de um ano, com ajuda do fluxo estrangeiro.

O índice de referência da bolsa local subiu 0,67%, aos 120.421 pontos, maior pontuação desde 4 de abril de 2022. Os papéis do Banco do Brasil subiram 3,15%, enquanto a ação ordinária da Petrobras ganhou 3,99% e a preferencial avançou 4,19%.

A petroleira se aproveita da melhora na percepção dos analistas de grandes bancos sobre a companhia, o que tem provocado um movimento de elevação das recomendações. Desde terça-feira, Goldman Sachs e Santander passaram a indicar a compra dos papéis aos seus clientes.

Para César Mikail, gestor de renda variável da Western Asset, alguns fatores ajudaram a compor a performance recente do mercado, como o avanço do arcabouço fiscal e a pausa do ciclo de aperto do Fed. "E foi essencial a diminuição da temperatura política.

O governo passou a falar menos e o mercado começou a ignorar falas mais extremadas.

Isso ajudou, por exemplo, as ações da Petrobras, que mesmo depois da alta recente seguem descontadas ante pares, além de pagar mais dividendos", diz.

O comportamento do Fed também teve efeitos no câmbio. O dólar comercial terminou o dia em queda de 0,57%, a R\$ 4,7679, no patamar mais baixo desde 31 de maio do ano passado. A moeda americana apresentou fraqueza global após comentários do presidente do Fed, Jerome Powell. Diante do Congresso americano, ele disse que é preciso ter cuidado para não dificultar o modelo de negócio de bancos menores, reforçando a necessidade de vigilância em relação às instituições regionais dos EUA. Powell disse ainda que "pode ser que subir os

juros faça sentido, mas a ritmo moderado".

Para Luiz Eduardo Portella, gestor da Novus Capital, a sessão foi boa para os mercados emergentes.

"No Brasil, o movimento indica fluxo estrangeiro. Ativos que eles gostam subiram durante toda a sessão, como ações mais líquidas, Petrobras e bancos." À tarde, comentários mais conservadores do presidente do Fed de Atlanta, Raphael Bostic, ajudaram a ampliar a desvalorização da moeda americana.

No exterior, também com foco nos comentários do Fed, o efeito nos mercados foi menor. O índice Dow Jones recuou 0,30% e o S P caiu 0,52%. Já o retorno da Tnote de dois anos teve alta de 1,3 ponto-base, a 4,713%, e o da Tnote de 10 anos subiu 0,2 ponto-base, a 3,725%. Além de Powell, a **inflação** acima da expectativa no Reino Unido em maio ficou no radar. Hoje, a expectativa é que o Banco da Inglaterra (BoE) eleve seu juro básico referencial em 0,25 ponto porcentual, a 4,75%.

Já os juros futuros no Brasil terminaram sem direção única.

Os vértices curtos da curva a termo estavam mais sensíveis aos ajustes de posição antes do Copom e às declarações de Powell e avançaram, enquanto nos vencimentos mais longos o mercado acompanhou os debates sobre o arcabouço fiscal.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187582>

Cenário para juro deve incentivar diversificação de aplicações

Júlia Lewgoy De São Paulo

Após o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deixar a Selic onde estava pelo sétimo encontro consecutivo, estrategistas e assessores de investimentos aconselham que os investidores se mexam. Com a expectativa de que a taxa básica de juros comece a cair em breve, o conselho é aumentar a alocação em aplicações financeiras de maior risco, conforme os objetivos e o perfil de cada um, mas não abandonar a renda fixa, que ainda está oferecendo juros altos antes deles diminuïrem.

A autoridade monetária aumentou a Selic a partir de abril de 2021, de 2% para 13,75% ao ano, para desaqueter a economia e assim combater a **inflação**.

Contudo, agora que conseguiu desacelerar a alta generalizada dos preços, o colegiado está perto de começar a cortar a taxa.

"Fomos surpreendidos com números melhores da atividade econômica no começo do segundo trimestre e a partir dali as indicações de posições em renda variável e renda fixa começaram a mudar", afirma Raphael Figueredo, estrategista-chefe da casa de análises financeiras Eleven Financial.

"Começamos a recomendar alocação maior em renda variável com as expectativas melhores, de atividade econômica mais alta e **inflação** mais baixa", afirma.

Estrategistas e assessores de investimentos sugerem que os investidores com foco de longo prazo e com perfil de moderado a arrojado - não os conservadores - comecem a aumentar a alocação em aplicações de maior risco. Aqueles que ainda não possuem renda variável na carteira podem começar com fundos imobiliários e fundos multimercados. Os que já têm podem elevar a fatia de ações, com a ajuda de uma carteira recomendada, ou fundos de ações.

Os especialistas afirmam que a bolsa continua barata e que é bom aproveitar para comprar antes que os preços aumentem à medida que os juros caiam.

O Ibovespa está negociando ao redor de sete vezes o seu preço sobre o lucro (indicador conhecido como P/L), abaixo da histórica média de 11 vezes. Essa é a relação entre a soma do valor de mercado de todas as

companhias do indicador dividida pela soma do lucro de todas as empresas que fazem parte do índice.

Quanto menor essa relação, mais barato está o Ibovespa.

Contudo, a esperada baixa de juros deve acontecer devagar e não é para avançar em investimentos de maior risco com pressa.

"Estamos diante de um ciclo positivo para a renda variável, mas é bom controlar a euforia, porque esse corte da Selic não é estrutural.

A troca de potinhos deve ser feita aos poucos e não na mesma velocidade em que a bolsa sobe", diz Figueredo.

Ele acrescenta que a renda fixa é parte extremamente importante da carteira e ainda deve ser a maior parcela do portfólio.

Mayara Ranni Sekertzis, líder da área de fundos e previdência da assessoria de investimentos Manchester, ligada à XP, também aconselha que os clientes de moderados a arrojados comecem a aumentar a alocação em investimentos de maior risco, até o limite de 20 a 40% da carteira.

Apesar do conselho para elevar a fatia de renda variável, é consenso entre os estrategistas e assessores de investimentos que não é para abandonar a renda fixa. Ainda é incerto até que nível a Selic cairá e em qual ritmo, e a expectativa é que a taxa continue em dois dígitos até o fim de 2023, pelo menos.

"Em cenários de corte de juros, é comum questionar se a renda fixa morreu e a resposta é não. Não vejo o Brasil se tornando a Suíça nos próximos 20 anos e a renda fixa continua sendo a menina dos olhos, a maior exposição dos brasileiros", afirma Sekertzis. "Os ativos oferecem qualidade, segurança e rendimento interessante ainda", diz.

Com a diminuição da taxa básica, especialmente os títulos atrelados à Selic no Tesouro Direto ou os papéis de bancos indexados ao CDI, como os CDBs, LCIs e LCAs, tendem a ficar menos atrativos. É dessas aplicações financeiras que boa parte dos

especialistas aconselha resgatar o dinheiro para comprar investimentos de maior risco.

Cássio Bambirra, líder de renda variável da One Investimentos, ligada ao BTG, acha que os títulos prefixados estão valendo a pena.

Contudo, aconselha comprar papéis com data de vencimento mais curta, mas não correr tanto risco.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187582>

Para 46% dos brasileiros economia está na direção certa, diz pesquisa Genial/Quaest

Para 46% dos brasileiros, a economia, agora sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), está caminhando na direção correta, enquanto 41% avaliam que ela está sendo guiada de maneira errada.

Os dados fazem parte da pesquisa Genial/Quaest, divulgada nesta quarta-feira (21), que acompanha a avaliação das pessoas em relação a diversos temas no governo Lula.

Os outros 14% dos entrevistados não responderam ou afirmaram que não têm uma opinião sobre a direção em que vai a economia. A pesquisa também mostra que, para a maior parte - 38% dos entrevistados - a situação econômica do Brasil está, hoje, igual a um ano atrás.

Para 32% está melhor, e para 26% está pior. O resultado mostra uma inversão em relação à edição anterior da pesquisa, feita em abril, que mostrava que mais pessoas achavam que a economia tinha piorado (34%) e, menos, que estava melhor (23%).

Em abril, 39% consideravam que a economia brasileira estava igual.

Nas duas edições, 4% não responderam à pergunta.

A avaliação em relação à evolução da economia, entretanto, varia entre os diferentes grupos de eleitores.

Entre os que votaram em Lula no segundo turno das eleições presidenciais do ano passado, 53% avaliam que a economia está melhor agora do que há 12 meses, e 11% avaliam que piorou.

Já entre os eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a percepção, para 44% é de que piorou, enquanto 14% afirmam que melhorou.

Para 32% dos eleitores do petista a economia está igual, enquanto esta é a avaliação de 39% daqueles que votaram em Bolsonaro.

A pesquisa também verificou quais são as expectativas dos brasileiros para a economia nos próximos meses: para 56%, a expectativa é que melhore, enquanto 25% acham que irá piorar e, 15%, que ficará igual.

Outros 4% não responderam ou não sabem. Quando perguntados sobre o desemprego e a **inflação**, porém, a maior parte acha que ambos devem piorar. Para 37% o desemprego deve subir; 32% avaliam que cairá e, 27%, que irá ficar igual.

Em relação à **inflação**, 35% acreditam que vai aumentar, 29% que irá diminuir e, para 28%, ela deve ficar igual.

Respectivamente, 5% e 8% não sabem ou não responderam.

A Genial/Quest entrevistou 2.029 pessoas entre 14 e 18 de junho. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/edicoes-digitais>

Endividamento e consumo: impactos na economia e nas famílias

Desde o segundo trimestre de 2022, o consumo familiar vem diminuindo em ritmo acelerado. As causas desse declínio são multifacetadas, passando por questões comportamentais até fatores conjunturais. Essa tendência é preocupante, uma vez que quase 70% da riqueza gerada no País provém das despesas de consumo das famílias. O que será que explica essa desaceleração? Seria o processo inflacionário, que vimos impactar todo o mercado no último ano? Ou os juros elevados? O desemprego, talvez? Eu diria que uma combinação disso tudo que, de maneira persistente, levou muitas famílias ao endividamento excessivo e à inadimplência.

Segundo dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), 78,3% das famílias encontram-se endividadas. Porém, esse número, sozinho, não nos diz muita coisa. O que é relevante são as características desse endividamento. Quando a qualidade do endividamento é ruim - contemplando uma combinação de dívidas longas, comprometimento acima de 30% da renda e alto custo - e a conjuntura não ajuda, o cenário começa a se deteriorar. Prova disso, é que 29,1% das famílias não conseguiram honrar os compromissos e acabaram inadimplentes ou, como popularmente chamamos, com o "nome sujo na praça".

Estruturalmente, o endividamento das famílias no Brasil pode ser atribuído a diversas causas. A primeira delas é a elevada taxa de juros. Historicamente, o Brasil possui taxas de juros altas, o que encarece o crédito e dificulta o pagamento das dívidas. Isso afeta diretamente aqueles que recorrem a empréstimos e financiamentos para adquirir bens e serviços. Aqui, taxa de juros significa custo! E esse custo, cresceu vertiginosamente, em todas as modalidades, desde a pandemia. Para ilustrar, tomemos como exemplo a taxa média praticada no uso do cartão de crédito: quando parcelado, a taxa praticada saiu dos 6,72% ao mês, em junho de 2020, para os atuais 9,61%. No crédito rotativo, que é aquele acionado quando um devedor paga um valor inferior ao total da fatura, saltou dos já elevados 11,97% a.m. para 15,22%. São quase 450% ao ano!

Outro ponto que contribui para o endividamento em excesso, é o acesso facilitado ao crédito. Embora isso possibilite o consumo para muitas famílias, também aumenta o risco de endividamento excessivo,

especialmente quando não há um planejamento financeiro adequado. O desemprego e a baixa renda, além do aumento do custo de vida, são temperos adicionais nessa receita explosiva. No segundo caso, quando os gastos básicos consomem uma parcela significativa da renda, as famílias recorrem a empréstimos para suprir suas necessidades diárias.

Podemos citar, ainda, diversos fatores comportamentais. A falta de conhecimento sobre finanças pessoais e a ausência de uma cultura de planejamento financeiro são fatores que contribuem para esse cenário. Muitas pessoas não têm noções básicas de como administrar seu dinheiro, o que pode levar a gastos impulsivos e descontrolados. Além disso, o mau uso do crédito é outro fator a ser considerado. Muitas vezes, as pessoas não avaliam adequadamente sua capacidade de pagamento e acabam contraindo empréstimos e financiamentos dos quais não consegue honrar.

Nesse delicado cenário, tanto famílias, como a economia como um todo, são impactadas. Para as famílias, o primeiro efeito sentido é a redução do poder de compra. Isso porque o pagamento de dívidas consome uma parte significativa da renda das famílias, limitando sua capacidade em adquirir bens e serviços. Além disso, a preocupação constante com as dívidas e a falta de perspectiva de solução podem afetar negativamente a saúde mental dos indivíduos. Ademais, quando uma família se torna inadimplente, seu histórico de crédito é prejudicado, o que pode dificultar a obtenção de empréstimos ou financiamentos futuros, tornando mais desafiador lidar com emergências financeiras.

Agora, imagine o efeito desses fatores na economia. O primeiro movimento é sentido via redução do consumo. Quando as famílias estão endividadas ou inadimplentes, tendem a diminuir seus gastos e consumo. Isso afeta negativamente a demanda agregada, podendo levar a uma desaceleração econômica. Em partes, é o que observamos nos dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) desde o primeiro trimestre de 2022. A desaceleração das despesas de consumo afeta diretamente os setores produtivos, uma vez que há menos demanda por bens e serviços. Assim, empresas podem ter dificuldades financeiras, reduzir produção e até demitir funcionários, gerando impactos no mercado de trabalho.

Portanto, o alto endividamento e a inadimplência têm efeitos amplos. É fundamental adotar políticas que promovam a educação financeira, incentivem o consumo responsável e garantam um ambiente econômico saudável para evitar esses impactos negativos.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Peso na dívida bruta a cada ponto percentual

A combinação de valorização do real, queda da **inflação**, crescimento mais forte da economia e resultados positivos nas contas públicas tem contribuído para compensar parte dos efeitos negativos da alta dos juros sobre os indicadores de endividamento do Brasil.

O próprio Banco Central calcula qual o impacto de alguns desses fatores sobre a dívida bruta do governo geral (que inclui dados de estados e municípios). Esse é atualmente o indicador mais utilizado pelos economistas para medir o endividamento do País e compará-lo a outras economias.

De acordo com o cálculo mais recente do BC, um aumento de um ponto percentual na taxa Selic, mantido pelo período de 12 meses, tem um impacto de R\$ 38 bilhões na dívida bruta, o que corresponde a cerca de 0,4 ponto percentual do **PIB**.

A elevação na mesma magnitude do IPCA, índice de preços ao consumidor do IBGE que serve como meta de **inflação**, tem um custo de R\$ 18,4 bilhões (0,18 ponto percentual do **PIB**).

Uma desvalorização de 1% da taxa de câmbio (alta do dólar) eleva a dívida em R\$ 9,2 bilhões (0,09 ponto do **PIB**). No caso do câmbio, o impacto é imediato, pois afeta a contabilização do passivo em moeda estrangeira quando convertido para a moeda nacional.

Quando a Selic, a **inflação** e o dólar caem, os efeitos sobre a dívida são positivos, na mesma magnitude, segundo os cálculos do BC. Nesse caso, foram considerados os impactos divulgados no final de maio, com base nos números de abril.

Outro indicador para medir o endividamento é a dívida líquida do setor público, na qual o valor dos ativos é descontado do passivo. Nesse caso, os impactos para Selic e IPCA são muito próximos dos calculados em relação à dívida bruta.

Em relação ao câmbio, há uma diferença importante, pois o Brasil é credor em moeda estrangeira, ou seja, possui reservas cambiais que superam a dívida externa. Por isso, uma alta de 1% do dólar, reduz a dívida líquida em R\$ 7,7 bilhões, uma vez que aumenta o valor em reais desse ativo.

O dado mais recente do Banco Central mostra que a dívida líquida atingiu 57,2% do **PIB**, o equivalente a R\$ 5,8 trilhões, em abril, patamar praticamente estável ao

longo do quadrimestre.

No período houve efeitos negativos por conta de juros e da valorização cambial. O crescimento do **PIB** nominal e o superávit primário, por outro lado, compensaram esses efeitos.

A dívida bruta atingiu 73,2% do **PIB** (R\$ 7,5 trilhões), depois de fechar 2022 em 72,9%, com o impacto dos juros se sobrepondo aos efeitos positivos do câmbio, do **PIB** e também dos resgates da dívida.

Em 2022, a dívida bruta recuou 1,3 ponto percentual do **PIB**, com resgates e crescimento do **PIB** se sobrepondo ao impacto negativo dos juros.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>